

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Joaquim'.

ATA Nº 7/2023

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Paroquial do Reguengo do Fetal, sito na Rua Nossa Senhora dos Remédios, n.º 4, 2440-208 Reguengo do Fetal, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais:

- Joaquim José Pereira Ruivo -----
- Alfredo Monteiro de Matos -----
- Armando Pedro Pinheiro Rosa -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Cristiana Sofia Faustino Moreira -----
- Germano Santos Pragosa -----
- José Moreira Filipe -----
- Nuno Miguel Silva Santos -----
- Elsa Maria Martins Libânio -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Victor Manuel Monteiro Correia -----
- Maria João Marques Guerra Rosa -----
- Frederico Manuel dos Santos Alfaro -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Francisco Manuel dos Santos Coutinho -----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos -----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga -----
- Elodie Carreira Zeferino -----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Ricardo António Matias Vala -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha); -----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal); -----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede); -----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira). -----

**

- O senhor deputado municipal Telmo Alexandre Henriques Ferreira solicitou a sua substituição nesta sessão da Assembleia Municipal, tendo sido substituído pela senhora Maria João Marques Guerra Rosa. -----
- O senhor deputado municipal Fernando Miguel Rodrigues Marques solicitou a sua substituição nesta sessão da Assembleia Municipal, tendo sido substituído pelo senhor Frederico Manuel dos Santos Alfaro. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 51

- O senhor deputado municipal Válder Mendes Cardoso solicitou a sua substituição nesta sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o senhor António Carlos da Costa Jordão para o substituir. -----

**

Estiveram ausentes desta sessão da Assembleia Municipal os Senhores Deputados Municipais abaixo designados, por motivos devidamente justificados:-----

- António Carlos da Costa Jordão -----

**

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal; -----
- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- Fernando Joaquim Figueiredo Ferreira (a meio tempo);-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora; -----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

**

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio; -----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa. -----

**

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Stéphanie da Silva, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

**

ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO-----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram nove horas e quinze minutos.-----

**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

APROVAÇÃO DE ATA:-----

Para votação da Assembleia, foi presente a Ata n.º 05/2023 e a Ata n.º 06/2023 das sessões de 05 de setembro de 2023 e 28 de setembro de 2023, respetivamente, cuja leitura foi dispensada atendendo a que foi previamente enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final. -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'J. Paulo'.

De referir que, em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

**

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do pedido de renúncia de mandato, apresentado pela senhora deputada Catarina Alexandra da Cruz Bagagem, passando à sua leitura: *«Venho por este meio comunicar a V.Exas. o pedido de renúncia do meu mandato enquanto eleita pelo PSD para a Assembleia Municipal da Batalha, por motivos pessoais. Fazendo votos de um favorável trabalho para o bem comum.»* -----

**

No seguimento da Recomendação "Atualização de Mapa de Ruído no Município da Batalha", apresentada pela Iniciativa Liberal à Mesa da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a conhecer o teor da mesma, procedendo à sua leitura: -----

«A Iniciativa Liberal da Batalha (adiante designada de IL), vem propor a V/ Excelências, a atualização dos Mapas de Ruído do Concelho da Batalha e do Plano Municipal de Redução de Ruído, datados de 2009 e 2013 respetivamente, e por isso desconformes à realidade do território nomeadamente os documentos aprovados em Assembleia Municipal. Considerando por isso a evolução legislativa e a importância crescente de políticas que promovam a saúde e o bem-estar dos cidadãos, é crucial que se proceda à atualização e revisão dos referidos documentos. Também a aprovação da 2.ª alteração da 1.ª Revisão do PDM (Aviso n.º 15363/2023 de 16 de agosto de 2023) permitiu identificar diversas áreas de conflito em zonamento acústico que importa perceber como poderão ser salvaguardadas. --- A IL considera que os Mapas de Ruído elaborados anteriormente representam um passo significativo na compreensão e na delimitação das áreas afetadas pelos níveis sonoros elevados. Estes documentos, baseados na legislação aplicável à época, têm sido essenciais para identificar zonas sensíveis e mistas, contribuindo para a definição de estratégias de gestão do ruído. No entanto, a dinâmica constante das alterações legislativas e o avanço das tecnologias de medição e modelagem acústica exigem uma atualização desses mapas para uma representação mais precisa e atual dos níveis de ruído no Município da Batalha. -----

Neste âmbito, a definição de novos períodos de referência e a inclusão de indicadores específicos, como Lden e Ln, demonstram a necessidade de uma atualização dos Mapas de Ruído para garantir a conformidade com as novas normativas e assegurar uma representação fiel dos níveis de ruído no município. Estes planos, embora sejam um instrumento valioso, carecem de uma revisão que considere não só as alterações legislativas, mas também as transformações urbanísticas e socioambientais do Município da Batalha ocorridas nos últimos anos. A atualização deste documento permitirá integrar medidas mais eficazes e ajustadas à realidade atual, visando a redução efetiva dos impactos do ruído nas áreas designadas como de conflito acústico. ----- Assim, a Iniciativa Liberal recomenda ao Executivo Municipal da Batalha: -----

Handwritten signature in blue ink.

1. ****Atualização dos Mapas de Ruído****: A realização de novos estudos e medições, utilizando tecnologias e métodos atualizados, para a obtenção de um Mapa de Ruído mais preciso e completo, em conformidade com as exigências da legislação em vigor. -----
 2. ****Revisão do Plano Municipal de Redução de Ruído****: A revisão e atualização do referido plano, considerando não apenas os parâmetros legais, mas também as transformações urbanísticas e as necessidades emergentes da comunidade, a fim de implementar medidas mais eficazes de redução do ruído. -----
 3. ****Envolvimento da Comunidade e Transparência****: Promover a participação pública e o diálogo com os cidadãos, garantindo transparência e o envolvimento na atualização dos documentos relacionados ao ruído ambiental. -----
- Este processo de atualização e revisão dos Mapas de Ruído e do Plano Municipal de Redução de Ruído é fundamental para garantir a eficácia das políticas de gestão do ruído no município da Batalha.»* -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a presente Recomendação à votação no final da presente sessão, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma, por unanimidade. -----

**

De seguida, foram abertas as inscrições para que os senhores deputados municipais pudessem intervir sobre outros assuntos antes do período da ordem do dia, tendo o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** recomendado que os assuntos a apresentar fossem descritos de forma sucinta de modo a que o tempo estipulado para esse período não fosse ultrapassado. -----

Neste âmbito, tomou a palavra o senhor deputado do Batalha é de Todos – Movimento Independente, **Octávio Vilaça**, que após endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes, questionou sobre qual o ponto de situação relativamente à Linha de Muita Alta Tensão e à implementação de Fibra e Banda Larga, em especial nas freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal. O senhor deputado reforçou, ainda, que considera estes temas de grande importância pelo que *«urge conseguir-se que as operadoras efetivamente avancem com a implementação destas infraestruturas, tanto mais que a tecnologia 3G está a ser descontinuada e a MEO já a desligou no Município da Batalha no passado dia 30 de novembro e as outras operadoras já anunciaram que o farão durante o ano de 2024»*. Mais lembrou que, no que se reporta à Banda Larga, *«na Assembleia do passado dia 27 de abril foi aprovada uma Petição, a remeter à ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), com o objetivo que esta entidade reguladora determinasse junto das operadoras MEO e VODAFONE a assunção das obrigações de cobertura de internet a 100 megabits até 13 de julho de 2023, para as freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal»*. -----

Usou, de seguida, da palavra o senhor deputado do PSD, **Frederico Alfaro**, que, após cumprimentar todos os presentes, passou a referir: *«No passado dia 9 de dezembro de 2023, o Município da Batalha foi patrocinador de um jogo de futebol da União Desportiva de Leiria, cujo lema era “NÃO À VIOLÊNCIA”. Desconheço se existe alguma ligação entre o lema do jogo e o facto de a Câmara Municipal ter patrocinado o mesmo, contudo, questiono quanto custou ao Município o apoio á União*

de Leiria (entidade privada). Peço, de igual modo, que o senhor Vereador com o pelouro informe o porquê de a Câmara Municipal da Batalha ainda não ter aderido ao Programa “Super Traquinas” da Federação Portuguesa de Futebol, financiado pelo Programa 2020. Pode parecer que uma coisa não está relacionada com a outra, mas num caso pagamos para levar os munícipes a um jogo com bilhetes gratuitos sobre o mote “Não à violência”, noutro recebemos para formação e enriquecimento aos nossos jovens sobre o futuro de uma sociedade que se quer forte em princípios e valores. Em resumo, em primeiro lugar questiono quanto é que custou à Batalha os jogos da União Desportiva de Leiria e em segundo se a Câmara irá ou não candidatar-se ao Programa “Super Traquinas” da Federação Portuguesa de Futebol ou vão desperdiçar essa oportunidade.»-----

Seguidamente, tomou a palavra a senhora deputada do PSD, Elodie Zeferino, que, após cumprimentar todos os presentes, passou a referir: «Tivemos conhecimento que a mensalidade da Academia Sénior duplicou, passando, com efeito, de 5,00€ para 10,00€ mensais e que, ao mesmo tempo, a própria programação sénior não está totalmente reposta, havendo atividades por reativar, por exemplo, em São Mamede. A população sénior que usufruía de atividades físicas como a ginástica geriátrica ou a hidroginástica pagaram, em tempos, 5,00€, sendo que este valor foi isentado nos últimos anos na sequência da pandemia. -----

As aulas da Academia Sénior eram gratuitas através do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Associação “Arte Sem Fim”. A Câmara, na prática, sempre suportou os custos com os professores destas atividades e com o valor atribuído por protocolo à referida associação, que ministrava as aulas da Academia Sénior. Não nos parece que seja aceitável que agora este custo tenha de ser suportado na íntegra pelos seniores. No fundo, questionamos: Onde está o apoio social? Onde está o incentivo à mobilidade física e ao envelhecimento ativo? Onde está o fomento de práticas de saúde e bem-estar físico e mental? O que valem os cerca de €41.000 previstos para este ano letivo na componente da programação sénior para a Câmara num orçamento de cerca de €21.000.000? -----

Relativamente ao atendimento da ação social, uma vez por mês, em cada junta de freguesia, quando pensam retomar? Onde está a proximidade às pessoas? Onde está o conhecimento no terreno? Relembro que a ação social pretende ter um carácter de acolhimento, de cuidado e atenção a quem mais precisa. Temos o dever de antecipar e acompanhar, prevenindo e atuando nos momentos certos. A pergunta é simples: Quando é que a ação social na Batalha será uma prioridade para este executivo?» -----

Tomou a palavra o senhor deputado do Chega, Eduardo Veiga que, após dirigir os seus respeitosos cumprimentos a todos os presentes, passou a expor: «Mais um ano civil a terminar, mais um ano difícil para as famílias portuguesas. O ano de 2023 foi particularmente difícil, com aumentos constantes dos preços de vários bens de primeira necessidade, fruto de uma política errática por parte do Governo Socialista. O ano de 2024 irá iniciar com eleições legislativas que nós esperamos que tragam um novo rumo de políticas sociais, educação, justiça e principalmente saúde. -----

M. G. S.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 51

A nível local, alguns dos problemas detetados e apontados a este Executivo infelizmente tardam a ser resolvidos. Continuam por encetar as obras de melhoria do Centro de Saúde, a Banda Larga de internet, as obras da Creche Municipal e o Pavilhão Municipal de São Mamede. -----

Possivelmente, se não tivesse sido rejeitado o projeto para o pavilhão aqui mesmo ao lado da Torre, atualmente já poderíamos ter o equipamento desportivo a funcionar e, com certeza, a um preço bem mais económico do que o preço a que ficará o Pavilhão de São Mamede. Infelizmente, e comparando com o Partido Socialista, este Executivo conseguiu parar todos os projetos do anterior Executivo e não conseguiu avançar com nenhum de sua iniciativa.-----

Uma questão levantada por alguns dos munícipes prende-se com as Piscinas Municipais da Batalha que reabriram após alguns atrasos. Muitos dos utilizadores não entenderam qual o motivo das obras efetuadas e foi-nos dito que em abril iriam novamente encerrar. Com efeito, gostaríamos de saber se isto é verdade, bem como quais as obras realmente efetuadas este ano e quais as que estão previstas para o ano que vem. Queríamos também questionar se, caso se confirmem as obras para 2024, se as mesmas incluem uma melhoria nos balneários que se encontram algo desatualizados e desajustados às necessidades de quem as utiliza. -- -----

Gostaríamos, ainda, de obter um esclarecimento por parte do Executivo sobre o problema da passagem da Linha de Muita Alta Tensão no concelho e saber se existiu algum avanço no sentido de proteger as pessoas e as empresas dos prejuízos nas zonas definidas para a passagem da linha. Há também a questão do Projeto de Videovigilância para o qual tentei apresentar uma moção nesta mesma Assembleia. Foi dado algum passo com vista à implementação deste sistema? O senhor deputado Alfredo de Matos informou que possivelmente já existiam alguns passos dados neste âmbito pelos anteriores Executivos, pelo que questiono se algo foi feito para encontrar esse projeto? - Por fim, pergunto se a Câmara pretende constituir-se assistente no problema que se tem verificado no Agrupamento de Escolas da Batalha, relativamente a grupos do "Whatsapp" onde são divulgados conteúdos indesejados para crianças. Estão a pensar levar a cabo algumas ações de formação para as crianças e respetivos pais para resolver esse problema? -----

Termino a minha intervenção desejando um Feliz Natal a todos e que o ano de 2024 seja melhor. Desejo, ainda, muito sucesso a este Executivo porque do sucesso dele depende o bem-estar dos habitantes da batalha.» -----

*No seguimento das intervenções dos senhores deputados, e a pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar todos os presentes e agradecer a cedência das instalações por parte da Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal para a realização da presente Assembleia Municipal, esclareceu: «No que se reporta à Linha de Muita Alta Tensão, neste momento, solicitou-se uma reunião ao Presidente da REN, a qual se encontra agendada para o próximo dia 19 de dezembro. Essa reunião decorrerá em Lisboa e pretende-se avaliar o projeto que eles têm e as propostas que nós temos. Portanto, iremos aguardar pela realização dessa reunião, na qual me farei acompanhar do senhor Vereador Nuno Almeida e pela Técnica Patrícia Nascimento.-----*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 51

Quanto à questão da Banda Larga de internet, nós já solicitámos à ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, que informou que até ao final do ano passado iria implementar um projeto que abrangia as freguesias do Reguengo do Fetal e São Mamede, e só agora estão a tentar ampliar a rede. Iremos tentar perceber se é para a totalidade do concelho, para depois podermos tomar as diligências adequadas. -----

Quanto à questão do senhor deputado Frederico Alfaro, informa-se que o que foi solicitado ao Município é que se aproveitasse a realização de um jogo da União Desportiva de Leiria dedicado ao tema do combate à violência e o fair play. Isto implicaria: a publicidade no jornal "Correio da Manhã" e no jornal "Record" (como se veio a verificar); a disponibilização de espaços, nomeadamente, na chamada "FAN ZONE", na qual só esteve um agente económico da Batalha designadamente, a "Adega Cooperativa da Batalha"; a possibilidade de termos um conjunto de pessoas do concelho convidadas para assistir ao jogo e, ainda, a possibilidade de os meninos da "Casa do Mimo" estarem presentes no jogo. -----

Para além disso, a U.D.B - União Desportiva da Batalha aceitou que os seus meninos mais novos pudessem participar no evento, conduzindo os jogadores até ao relvado. -----

O que está em causa tem carácter de promoção do concelho. Muitos outros concelhos fazem o mesmo. Não pagámos nada à União Desportiva de Leiria para a atividade desportiva deles, pagámos para a promoção do nosso concelho. -----

O apoio foi no valor de €4000,00. -----

Quanto ao programa "Super Traquinas", tem havido alguns desenvolvimentos e queríamos que o Agrupamento de Escolas estivesse envolvido. A abertura não tem sido muita, mas estamos no bom caminho para aproveitar aquilo de que o programa dispõe. -----

Quanto às questões colocadas pela senhora deputada Elodie, de facto os preços da Academia Sénior passaram para 10,00 € à semelhança do que se verifica nos programas dos municípios à nossa volta. Na medida em que é possível fazer hidroginástica nas piscinas, nós tivemos de subir os preços e para isso optámos por um manter um valor idêntico aos concelhos vizinhos. Os custos aumentaram para todos e em todos os segmentos. Melhorámos o próprio programa, nomeadamente, quanto às visitas que vão fazer os participantes, por exemplo, está prevista uma deslocação a Serralves e uma outra a Lisboa. Portanto, temos de tentar com outro tipo de medidas melhorar as condições de laboração da própria Academia Sénior. -----

No que diz respeito ao atendimento presencial nas juntas de freguesia, está a ser feita uma reestruturação do setor social da autarquia, nomeadamente, no que respeita ao seu funcionamento. Irá desenvolver-se o Projeto "RADAR SOCIAL" que também irá atingir as freguesias, bem como haverá um técnico, com alguma experiência, que pediu mobilidade para o Município da Batalha e que nos vai ajudar também a determinar uma forma de haver esse atendimento não só na sede do concelho, mas também nas respetivas freguesias. -----

Quanto ao senhor deputado Eduardo Veiga, informa-se que, no que concerne ao Centro de Saúde, o que foi solicitado pela senhora Diretora da Unidade foi que uma vez que a ARS, no tempo em que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 51

tutelava o espaço, não quis fazer a ligação de acesso à internet, esta fosse feita num quiosque que nós suportámos, e pediu, em simultâneo, autorização para efetuar uma alteração, de carácter provisório, para uma nova sala de atendimento. Esse trabalho irá ser feito no início do ano e irá ser feita, também, a ligação de Internet para o quiosque. -----

Quanto ao Pavilhão de São Mamede, já falámos muitas vezes sobre esta situação e infelizmente o que aconteceu foi que, nos temos do CCP, havendo um preço base e não havendo proposta nenhuma de valor igual e/ou abaixo disso, terá de haver uma revisão do projeto e lançamento de um novo procedimento, pelo que teremos de aguardar mais uns dias para lançarmos novo procedimento com vista à conclusão do pavilhão. -----

No que se reporta às Piscinas Municipais, as obras em causa referem-se à manutenção dos equipamentos. Desde a sua inauguração, há 30 anos, nunca houve qualquer intervenção de manutenção. As máquinas deram sinal de necessidade de revisão, sendo que alguns dos equipamentos têm de vir de fora do país. Neste âmbito esteve também envolvido um valor global de cerca de 700.000€, passível de uma candidatura que se abortou. Primeiro, porque demorou muito tempo nas entidades responsáveis, nomeadamente na Direção Geral de Energia e, em segundo lugar, porque o valor considerado foi amplamente reduzido para a candidatura, pelo que, a partir do início do ano, iremos candidatar-nos através da ITI para podermos ter mais participações para realização desta obra. -----

No que se reporta ao projeto de videovigilância, quem tem competência para definir o projeto nos concelhos é a Força de Segurança, in casu, a GNR. Tivemos uma reunião com os responsáveis que já elaboraram o levantamento atualizado dos locais suscetíveis de ter esse sistema. O processo está, assim, a seguir o seu curso. É um processo complexo e que, em última análise, poderá ser homologado pelo membro do Governo que tem esta tutela, pelo que iremos acompanhar o processo com a GNR de forma a que isto seja uma realidade na Batalha. -----

Por fim, no que diz respeito ao processo a decorrer no Agrupamento de Escolas da Batalha, referente aos grupos de Whatsapp, neste momento estamos a aguardar para perceber qual a posição da Direção do Agrupamento de Escolas relativamente ao assunto uma vez que a primeira intervenção terá sempre de ser deles. Porém, se houver alguma necessidade de, para efeitos legais, a Câmara ter de acompanhar alguma ação judicial, é o que faremos. -----

Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado do PSD, **Alfredo de Matos** que, após endereçar os habituais cumprimentos, passou a referir: «O primeiro assunto que gostaria de abordar é o Pavilhão de São Mamede. Há dois anos referi ao senhor Marco que não se preocupasse que ele iria inaugurar o Pavilhão de São Mamede, ainda que fosse no último semestre de 2025, antes das eleições. Eu hoje começo a ficar preocupado com essa afirmação e peço, desde já, desculpa por alguma inverdade que possa estar na mesma. Na verdade, o Pavilhão demorou um ano para parar, já demorou um ano parado e irá demorar mais um ano para arrancar e não se vai fazer em mais seis meses ou um ano que restem. O senhor Marco provavelmente irá ver passar a inauguração do Pavilhão. É pena, mas é uma realidade. -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Geo'.

O mesmo se pode afirmar relativamente à Creche da Jardoeira. Esta creche preocupa-me porquanto temos conhecimento de que é uma necessidade, havendo crianças no concelho que precisariam daquela infraestrutura. Começo a aperceber-me que a Câmara Municipal está mais interessada em fazer uma outra creche ao invés de concluir aquela, sendo que, na minha opinião, não tem comparação a localização de uma e outra em termos de utilização. Penso que esta creche era urgente que se terminasse, até pelo mau aspeto que dá não sermos capazes de concluir uma infraestrutura que já foi iniciada há quase três anos. -----

Gostaria que o senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre isso e nos demonstrasse se existe, ou não intenção de terminar a referida infraestrutura. O que é que vai ser feito? -----

Gostaria, ainda, de chamar à atenção para um outro assunto. Há cerca de dois anos e meio andávamos em campanha eleitoral e, nessa altura, a única coisa que se ouvia falar era de auditorias e de que as coisas estavam mal e que havia problemas na Câmara, coisas que as pessoas não sabiam, mas que iria ser tudo clarificado. Assim, penso que seria de toda a justiça, dada a suspeição levantada na altura, se fizesse um esclarecimento público dizendo que as contas estavam certas, que não havia problemas e que as suspeições eram infundadas, não se tendo concretizado. -----

Outro assunto que gostaria de abordar é relativo às mensalidades da Academia Sénior. É verdade que €10,00 não é um valor exagerado e para muitas pessoas é uma atividade que têm por valor barato, mas o que nós tememos é que possa exigir pessoas que sejam impedidas de praticar essa atividade porque os €10,00 lhes fazem falta. Com efeito, recomenda-se ao Executivo que, através dos seus serviços de ação social, averigue se algum dos frequentadores da Academia tem intenção de deixar de praticar essas atividades porque a referida quantia de 10,00€ lhe faz falta. É minha opinião que, nesses casos deveria a Câmara suportar esses valores porque é mais importante para nós que tenham uma atividade física e social de envolvimento com outros idosos do que fiquem afastados dessas atividades porque o dinheiro lhes faz falta.»-----

*Interveio o senhor deputado da Iniciativa Liberal, **Ricardo Vala**, que, após cumprimentar todos os presentes, encetou a sua intervenção, começando por referir que se encontra satisfeito por perceber que a interface multimodal, cuja construção a Iniciativa Liberal sugeriu em Assembleia Municipal de 16 de junho, já se encontra em construção. -----*

Prosseguindo, o senhor deputado referiu: «Um segundo assunto que me traz aqui é a Linha de Muito Alta Tensão, cujo processo considero que foi mal conduzido pela Câmara, uma vez que foi necessário a Comissão de Defesa do Reguengo do Fetal - Pedreiras com História agendar uma Assembleia para proceder ao esclarecimento da população, com a agravante de a Câmara Municipal da Batalha, a Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal e a Junta de Freguesia de São Mamede terem enviado comunicados independentes à REN, com propostas de traçados alternativos distintos. Não faria mais sentido organizar uma frente conjunta e estas instituições apresentarem uma solução negociada entre todas as partes, com o conhecimento e aprovação da população? O Executivo e as Juntas de Freguesia de Reguengo do Fetal e São Mamede não comunicam entre si? Perante um tema destes,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 51

com os problemas que pode trazer à população, porque não foi criado um grupo de trabalho que se foque nesta questão e procure negociar com a REN?-----

O terceiro assunto que me traz aqui é o Pavilhão de São Mamede. -----

A Iniciativa Liberal solicitou à Câmara Municipal um esclarecimento relativamente a este assunto e até à data não obteve resposta. Não obstante, irei formular quatro questões para, caso assim entendam, responderem. São elas: Caso existam indemnizações, qual o montante e quais os mecanismos acionados pela Câmara Municipal? Qual a análise custo-benefício comparativa entre ambas as soluções? Qual o investimento total previsto para o Projeto, considerando não apenas a empreitada do Pavilhão, mas também trabalhos adjacentes como arranjos exteriores, pavimentação da rua, aquisição de bens para equipamentos da infraestrutura? O Município espera celebrar parcerias com clubes desportivos, federações e entidades de outra índole para dinamizar o pavilhão desportivo?-----

Outro ponto, é referente à Creche. Constatámos que no relatório do contencioso é dito que processo de encontra suspenso em virtude de se ter chegado a um acordo. Neste âmbito, deixo aqui duas perguntas: i) A Câmara terá de pagar ao empreiteiro uma indemnização no valor de 166.599,00€ ou será outro valor a que se chegou no acordo? li) Será necessário proceder à realização de novo concurso para acabar a Creche?-----

Por último, concluo deixando uma nota positiva relativamente ao Mosteiro da Batalha. No dia 14 de dezembro, o Partido Socialista (PS) colocou a seguinte proposta à Assembleia da República: "Artigo 139.º-A – Proteção do Mosteiro da Batalha". Durante o ano de 2024, em função dos resultados dos estudos realizados, o Governo desencadeia as diligências de concretização das medidas necessárias e adequadas à proteção do Mosteiro da Batalha, do impacto da circulação viária do IC2. Esta proposta foi sujeita a votação na Assembleia da República, tendo a Iniciativa Liberal votado a favor. Esta aprovação abre a porta ao desencadear de novas ações para reforçar a limitação da circulação de trânsito no IC2 em frente ao Mosteiro. A Iniciativa Liberal quer localmente quer a nível nacional está disponível para empenhar os esforços necessários e, com o Município da Batalha, apresentar propostas de redução de trânsito, sobretudo de pesados, para proteção do Mosteiro da Batalha.-----

Termino constatando que o ano de 2023 passou a correr e 2024 será um ano marcado pela incerteza, a começar pelas eleições legislativas agendadas já para março. Todos queremos e merecemos melhores condições de vida. Infelizmente, encontramos-nos em parte dependentes de políticas adotadas a nível nacional, mas isso não significa que não façamos a nossa parte. Compete-nos criar as condições para que a população da Batalha tenha acesso a habitação, a emprego e saúde. -----

Acredito genuinamente que todos os presentes também o desejam. É por isso que aqui estamos. A diferença é o caminho para chegar lá. A Iniciativa Liberal da Batalha defende uma nova forma de gestão na política, de maior competitividade fiscal, menos obstáculos, maior transparência e maior foco na atração de empresas para o concelho. -----

Em meu nome e da Iniciativa Liberal desejo a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.»-----



De seguida, usou da palavra o senhor deputado do PSD, **Nuno Santos**, que, após endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes, passou a expor: «No passado dia 25 de novembro foi assinalado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Doméstica Contra as Mulheres. Não sei se têm conhecimento, mas até ao passado dia 15 de novembro foram vítimas de violência doméstica e homicídio 25 mulheres em Portugal. Na Batalha existia um local que dava auxílio a muitas destas mulheres e seus filhos, a chamada “Casa Abrigo”. Com muita surpresa, a Santa Casa não apresentou nenhuma candidatura para manter a “Casa Abrigo” e o concelho da Batalha perdeu esse projeto. Assim, pergunto ao Executivo: Uma vez que o Município tem o usufruto do imóvel que albergava a “Casa Abrigo”, o Executivo teve conhecimento ou foi informado pela Santa Casa de que não iriam apresentar nenhuma candidatura para manter o referido projeto na Batalha? Se sim, qual foi a posição do Executivo nessa decisão? Não havendo projeto, a Santa Casa já devolveu o imóvel? ----- Quero, ainda, relembrar que já passaram mais de dois anos de mandato e na Zona Industrial de São Mamede houve zero investimento. Nem um pinheiro cortado. Parece faltar aqui algum empreendedorismo que eu gostaria de ver resolvido no próximo ano. ----- Concluo desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo». -----

Tomou a palavra o senhor deputado do CDS, **Francisco Coutinho**, que depois de respeitosamente cumprimentar todos os presentes, referiu: «A nossa posição prima, precisamente, por colocar algumas questões ao Município, designadamente sobre aquilo que entendemos por falta de planeamento. Congratulamo-nos com a paragem de autocarros, mas questionamo-nos se aquele será atualmente o melhor local e, inclusive, acerca do critério que foi utilizado para a construção daquele empreendimento numa zona que se considera ainda histórica.----- Sobre o Pavilhão de São Mamede, entendemos que a posição do Município tem realmente algum relevo, na medida em que se o Pavilhão tinha anteriormente capacidade para X pessoas, hoje passou a ter para Y. É uma questão de planeamento. A Câmara fez essas contas e se entendeu que esta era a melhor metodologia teremos de aguardar pelo desenvolvimento daquilo que a Câmara está a fazer. -- No que diz respeito ao apoio ao futebol, o CDS-PP nada tem a objetar àquilo que o Município tem vindo a fazer no desenvolvimento do próprio, designadamente, na projeção para o exterior do próprio Município. Contudo, aliado a esses €4.000 que foram gastos, foi utilizada também uma metodologia que visou critérios de convites para determinadas pessoas. Não sabemos qual foi o critério. Se foi por essas pessoas serem mais influentes no Município, se é por serem “mais residentes” na Batalha, se é por outra razão específica que desconhecemos. Com efeito, entendemos que, no futuro, esta metodologia deve ser utilizada com critério pré-definido. ----- Congratulamo-nos também com aquilo que, efetivamente, se tem vindo a fazer no Mosteiro da Batalha. Aqui fazia um reparo positivo ao senhor Diretor do Mosteiro pela sua intervenção, pela sua dinâmica e aproveitava também para apelar no sentido de que fosse feita uma homenagem àquele que esteve na origem de todo este desenvolvimento, designadamente, o senhor Sérgio Magalhães de Andrade, obreiro de todas estas circunstâncias. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 12 de 51

Entende o CDS-PP que em termos de planeamento, e sobre a questão da Estrada do IC2 que passa em frente ao Mosteiro, deve o Município pensar numa circular exterior. A Batalha começa a ficar absorvida, sobretudo nas horas de ponta, com um trânsito muito expressivo e, como tal, a circular exterior deve ser pensada atempadamente porque vai levar muitos anos e muitos mandatos a construir. -----

Outra questão que temos vindo a ponderar é a questão da Academia Sénior, nomeadamente, quanto ao aumento para €10,00. Para nós o pior deste aumento, além das questões de carácter social já levantadas, foi que as pessoas não foram esclarecidas atempadamente acerca deste aumento e das razões que o motivaram. -----

Finalmente, entendemos que deve ser ponderada esta situação: Aquando da construção do Rino & Rino, Lda., foi imposto um estacionamento específico. Hoje existe um "Burger King" nesse estacionamento. Certamente que a Câmara teve isso tudo em consideração e com alguma ponderação, mas estranhámos como é que o "Burger King" é integrado num estacionamento de estacionamento. -----

Por último, recomendamos, à semelhança do que temos vindo a fazer noutros mandatos, que as visitas ao estrangeiro por parte de representantes do Município sejam depois traduzidas mesmo que sinteticamente, nos resultados que deram origem a essas visitas.»-----

No seguimento das intervenções dos senhores deputados municipais tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** com vista aos esclarecimentos das questões colocadas, passando a referir: «Quanto às afirmações do senhor deputado Alfredo de Matos relativamente ao Pavilhão de São Mamede e à Creche, esclareço apenas os mesmos irão ser inaugurados neste mandato. Quanto à auditoria, e já que insistem em pedi-la, trá-la-emos aqui. Quanto ao aumento do valor da prestação da Academia Sénior, já referimos quais as razões que conduziram a esta atualização, sendo que reforço que o que procurámos fazer foi equiparar ao que tem vindo a ser feito nos concelhos vizinhos. Contudo, não vejo qualquer inconveniente em que da parte dos Serviços de Ação Social possa haver uma avaliação de situações de pessoas que não tenham condições para pagar e criar outro tipo de possibilidades. Quanto à interface, reforçar apenas que este projeto é anterior à proposta da Iniciativa Liberal. Procedeu-se à alteração do mesmo em virtude de inicialmente ser um projeto de €400.000, praticamente baseado em vidro e que teria custos acrescidos de energia. Entendemos alterar esse projeto, sendo que ficará por um preço muito mais reduzido e com melhores condições. Quanto à Linha de Alta Tensão, não foram as Juntas de Freguesia a divergirem, de modo algum. Relembra-se que se realizou mais do que uma reunião com os presidentes de Junta de Freguesia, com vista à avaliação conjunta da situação e, portanto, a partir do momento em que definimos qual a primeira alternativa ao corredor de passagem e depois uma segunda, foi isso que apresentámos aos elementos da REN nas reuniões presenciais que tivemos com os mesmos. Agora, encontramos-nos a aguardar a reunião da próxima terça-feira, dia 19 de dezembro, com a REN para perceber de que forma é que esta situação irá evoluir. Já referimos que se se revelar necessário avançar para a discussão pública, fá-lo-emos, assim como também não fica fora de hipótese uma providência



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]

Página 13 de 51

cautelar. Quanto ao Pavilhão de São Mamede, não temos aqui presente os valores em causa, mas iremos responder recolher esses elementos e depois responder às questões colocadas pelo senhor deputado Ricardo Vala. Quanto à Creche, podemos avançar que o valor de materiais que a Câmara adquiriu para a conclusão daquela obra tem um custo validado pelos serviços técnicos, de €88.761,00 acrescidos de juros de mora por referência aos materiais adquiridos, no valor de €10.258,00. Acresce, ainda, a quantia de €880,43 a título de pagamento de trabalhos realizados pela empresa “A Encosta - Construções S.A” e a quantia de €33.973,36 a título de indemnização por prejuízos advenientes da manutenção do estaleiro durante o período de suspensão da empreitada e por prejuízos resultantes da não execução integral do contrato. -----

Quanto ao Mosteiro da Batalha, Câmara Municipal da Batalha está a servir de “barriga de aluguer” da Direção-Geral do Património Cultural para que a obra não demorasse muito mais tempo, mas mesmo assim está a demorar. Quanto às questões do senhor deputado Nuno Santos, como já referimos, já sabíamos da situação. As regras foram alteradas e, agora, o número mínimo para financiamento são 10 utentes. A casa em causa, e que pertence à Segurança Social, tem capacidade para 7 pessoas, pelo que foi inviabilizado. Comunicou-se a quem de direito esta impossibilidade, questionando-se, inclusivamente, se haveria abertura para o funcionamento extraordinário da “Casa Abrigo”, apenas com 7 utentes, mas tal pretensão foi indeferida pelo que, de momento, não temos resposta para este aspeto. -----

Quanto à Zona Industrial de São Mamede, afirma o senhor deputado que nada foi feito. Ora, importa recordar que no PDM de 2015 existia uma disposição relativa às UOPG’S, sendo uma referente precisamente à Zona Industrial de São Mamede. O problema não era fácil e continua a não o ser porque envolve custos para os quais nós não estamos preparados. Embora exista um compromisso do Vereador Nuno Almeida em ajudar-nos na aquisição de terrenos a valores “razoáveis”, a verdade é que tal não irá acontecer porque os valores são oito vezes superiores ao que lá está. Fizemos uma abordagem a alguns proprietários e temos esse problema para resolver em sede própria. -----

Quanto à Interface urge esclarecer que a sua localização já se encontrava definida pelo que nós demos continuidade a esse processo. É nesse local que por tradição os autocarros param e face ao circuito urbano da Vila é a solução mais adequada, pelo que o mantivemos aí. -----

Quanto ao apoio ao futebol, houve convites aos empresários por parte da União Desportiva de Leiria – SAD que nós transmitimos em cima da hora. Não houve tempo para apreciação, e não houve qualquer lista ou hierarquia. -----

Quanto ao IC2, cumpre referir que a A19 foi construída para ser uma alternativa ao trânsito que fluía em frente ao Mosteiro. Porém, a verdade é que a partir do momento em que introduziram portagem no referido troço, as coisas complicaram-se, sendo hoje extremamente difícil arranjar uma outra solução alternativa. Isto, apesar de numa reunião ocorrida na Secretaria de Estado da Cultura, ter sido lançada a possibilidade de isentar a pesados o pagamento de portagens na A19, mais concretamente, entre São Jorge e Leiria. Ficaram em estudar o assunto, porém, até hoje não houve qualquer resposta. Já estive cá o Ministro e a Secretária de Estado e todos têm consciência do



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 51

problema. O monumento está a ser afetado pelos cerca de 18.000 veículos que passam diariamente em frente ao Mosteiro e, por isso, transcende as nossas competências, restando-nos continuar a clamar até que surja algum decisor a nível central que ofereça uma solução.-----

Quanto ao Burger King, cumprindo os regulamentos dos parâmetros urbanísticos (que foram atualizados) é permitida aquela construção e foi isso que a Câmara viabilizou, não existindo razões para inviabilizar.-----

Por fim, no que se reporta às visitas ao estrangeiro, o que tem sido feito é procurar que haja reciprocidade de iniciativas. No caso concreto de Joinville, foi entregue uma proposta para vigorar em 2024 em que se pretende ter cá dois representantes do artesanato na FIABA. Está, ainda, previsto vir um grupo semelhante ao "Rancho Rosas do Lena" e a presença em Portugal de algum artista que eles tenham uma vez que uma artista daqui da zona vai lá pôr as suas esculturas juntamente com o António Marques Santana ("Latoeiro"). Têm um espaço onde congregam todas as semanas uma atividade. Tentaremos sempre que possível ter em conta este princípio da reciprocidade, de forma a que as nossas associações, empresários e artesãos possam ter aqui algum espaço e até projetar negócios. Se for só para passear autarcas, não estou cá.-----

Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, retomou a palavra o senhor deputado do PSD, **Nuno Santos**, reforçando o pedido de esclarecimentos sobre a devolução do imóvel onde se encontrava a "Casa Abrigo" por parte da Santa Casa e solicitando que, no que se reporta à Linha de Muita Alta Tensão, a mesma não condicione a Zona Industrial de São Mamede. ----
No seguimento, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para informar que: «Relativamente ao imóvel, foi efetuada uma nova candidatura para que seja uma residência de Ciência. Quanto à Zona Industrial, se não tivéssemos interesse não estaríamos a tentar desenvolver todo o tipo de contactos possíveis para arranjar uma solução que permita que possa avançar.»-----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e não existindo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado este período.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

O senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do público, período para o qual a Mesa recebeu duas inscrições.-----

Neste âmbito, deu início ao presente período a senhora **Maria Marques**, residente em São Mamede, cuja intervenção incidiu sobre "Internet e Eletricidade em São Mamede", e a qual se passa a reproduzir.-----

Intervenção da senhora Maria Marques:-----

«Bom dia, saúdo o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Joaquim Ruivo, os membros da Assembleia e os restantes presentes.-----

Venho expressar o meu desagrado acerca do serviço de internet. Senhor Presidente, tem ideia da dificuldade que eu e outros adolescentes que moram na parte Sul da Freguesia de São Mamede têm

[Handwritten signature]

com o acesso à internet? Sou estudante de 10.º ano, na área de Ciências e Tecnologias e dependo todos os dias da internet para realizar o meu estudo e receber informação pedagógica por parte dos meus professores. Necessito de fazer pesquisas, consultas, carregar trabalhos e documentos nas plataformas de estudo que utilizo todos os dias. Com a internet que temos neste momento, não é possível fazer sequer uma videochamada para realizar um trabalho de grupo. ----- Todos na nossa zona nos queixamos do mesmo, e para não falar também na rede de telemóvel que é realmente outro grande problema na minha zona. -----

A aldeia onde vivo tem muito poucos habitantes, mas também não será com este nível de comunicação que com certeza virão para cá mais pessoas viver pois hoje em dia tudo se trata por internet. Consegue explicar-me como é que em pleno 2023 eu trabalho em casa com 10 megabits por segundo de velocidade de download enquanto que a pouco mais de um quilómetro têm a possibilidade de ter acesso a velocidade de 100 megabits por segundo? -----

Gostaria de perguntar para quando a resolução deste problema e de que forma a sua pessoa está a tentar solucioná-lo. -----

Outro tema que gostaria de ver esclarecido é a questão da Linha de Muita Alta Tensão que vai passar por perto da minha casa. Ao tentar perceber o tema percebi que esta linha já se encontra projetada desde abril de 2022. Gostaria de saber o que a Câmara fez para que esta linha não passasse na nossa terra e, acima de tudo, se algo está a ser feito para tentar que isto não aconteça. A educação que tenho sempre me ensinou que os problemas devem ser resolvidos e não descartados e o que vejo neste caso é que só acordámos para este assunto muito tarde. -----

Fazendo um resumo da minha localidade informo que: não temos acesso à internet como devia ser; não temos saneamento básico; não temos um pavilhão onde praticar desporto e temos uma aldeia (Pia do Urso) abandonada e que mais parece um estaleiro de obras e agora iremos ser atravessados por uma Linha de Muita Alta Tensão. É esta a qualidade de vida que nos querem proporcionar? Um Feliz Natal a todos e um bom ano de 2024.» -----

No seguimento da intervenção da munícipe, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que: «No que se reporta à internet e às comunicações de telemóvel, é evidente que a Câmara não é operadora e este assunto depende muito do comportamento das operadoras que temos no país e que a pouco e pouco vão tentando alargar as redes. A Câmara tem feito a pressão necessária para ver se é possível instalar a fibra e melhorar as condições de telemóvel. Estamos preocupados não só com os estudantes, mas também com os chamados “nómadas digitais” que não se localizam cá por falta dessas condições técnicas e até com a proteção civil onde existem comunicações com dificuldades. São questões que nos preocupam a todos e partilhamos dessas preocupações. Quanto à Linha de Muita Alta Tensão, cumpre esclarecer que o projeto de Linha de Muita Alta Tensão que se encontra agora em discussão decorre do Programa Nacional para a Energia de 2001 a 2020 e que foi agora revogado há poucos meses. Assim, esta linha já fazia parte da anterior proposta aprovada pelos diferentes Governos. Vamos aguardar para ver o que vai resultar



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 51

da reunião com a REN para depois vermos que mecanismos poderemos eventualmente mobilizar e termos mais dados em cima da mesa para poder tomar as nossas decisões.-----

Seguidamente, foi concedida a palavra ao senhor **Armindo Vieira Alves Florêncio**, residente no Reguengo do Fetal, cuja intervenção incidiu sobre o "Traçado da Linha de Muita Alta Tensão".-----

Intervenção do senhor Armindo Vieira Alves Florêncio: -----

«Em relação à Linha de Muita Alta Tensão, e tendo em conta que se fala numa reunião e em propostas (que não sei se são das Juntas de Freguesia ou da Câmara Municipal), gostaria de saber se pode pormenorizar o que essas propostas abrangem, e caso a resposta não nos seja favorável, quais são os meios para podermos contestar e se ainda estamos dentro do prazo. Eu sou sincero, não estou totalmente esclarecido de todos os pormenores, entre eles, precisamente se ainda estamos dentro do prazo ou se já passou demasiado tempo» -----

Com vista ao esclarecimento das questões colocadas, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, esclarecendo que: *«Já falámos sobre este assunto e sobre o que está em causa. Quanto às propostas alternativas, esclareço que a primeira é a utilização do corredor da Linha do Pego, que traz a Alta Tensão de Pego. É um corredor que está salvaguardado e que poderia levar ainda esta linha e essa é a aposta forte que queremos fazer como alternativa. Se essa não for possível a outra alternativa é a linha que passa na zona oeste do concelho, no seu limite, e que depois encaixará na referida Linha do Pego. Já existe uma informação técnica quanto à possibilidade de utilização da Linha do Pego para instalação de uma linha de tensão. Para mitigar quaisquer impactos sobre as populações, o corredor da linha do Pego parece-nos o mais ajustado. É possível, vamos tentar que a REN reflita esta situação.* -----

Quanto aos prazos, importa referir que neste momento está em avaliação na APA e depois irá abrir prazo para discussão pública, onde todos poderão e deverão participar e intervir, apresentando as suas exposições. Em última análise poderemos recorrer à providência cautelar.» -----

Terminadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminado este período, tendo sido respeitadas as inscrições prévias efetuadas.-----

**

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalho:----

Ponto 1 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Ponto 2 – Apreciar e deliberar sobre a designação dos seguintes órgãos sociais da empresa municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A.:-----

2.1. – Designação do fiscal único (efetivo e suplente), sob proposta do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; -----



2.2. – Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º do Contrato de Constituição da Sociedade, em conjugação com o estatuído na alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto 3 - Apreciar e deliberar sob proposta do Órgão Executivo, a nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município da Batalha para os anos 2024, 2025 e 2026, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 77.º, do Regime Financeiro Das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual. -----

Ponto 4 – Apreciar e deliberar sobre o Orçamento 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1, do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de: -----

- Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros), para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

- Mapa do Pessoal para 2024, para os efeitos previstos na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

- Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto 5 – Apreciar e deliberar sobre a atualização das deduções para os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, em cumprimento do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, em conjugação com o estatuído na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º em articulação com o estatuído na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e retificar, ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 28/09/2023 (Ponto 3 da Ordem de Trabalhos).-----

Ponto 6 – Apreciar e deliberar sobre a contratação de empréstimo bancário a médio/longo prazo para financiamento dos investimentos - “Rede Viária no Concelho da Batalha e Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)”, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e n.º 4



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 51

do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído no n.º 5, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (ambos os diplomas legais na sua redação atual). ----

Ponto 7 – Tomar conhecimento sobre os Instrumentos Previsionais da Empresa Municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A., para o ano de 2024, nos termos do preceituado nos artigos 42.º e 43.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em conjugação com o estatuído na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (ambos os diplomas na sua redação atual). -----

Ponto 8 – Apreciar e deliberar sobre a aprovação da proposta de “Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU)”, para posterior submissão a discussão pública, nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, e artigo 7.º, n.º 7 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em articulação com o preceituado na alínea h), n.º 1, do artigo 25.º e alínea a), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Ponto 1** -----

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que, em virtude de ter sido disponibilizada atempadamente esta informação, se encontra disponível para prestar todos os esclarecimentos que os senhores deputados entendam por convenientes. -----

----- ** -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da **atividade municipal desenvolvida pelo Executivo no período compreendido entre 28 de setembro e 16 de dezembro**, bem como da **situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de novembro de 2023**, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. -----

----- ** -----

----- **Ponto 2** -----

Apreciar e deliberar sobre a designação dos seguintes órgãos sociais da empresa municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A.: -----

2.1. Designação do fiscal único (efetivo e suplente), sob proposta do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; -----

-MGD n.º 1406, de 12/09/2023 -----

[Handwritten signature]
8

**

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha, procedeu-se à discussão e deliberação sobre a proposta de designação de Telma Carreira Curado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., registada sob o n.º 321, com sede na Avenida Francisco Fino, 31, Zona Industrial, Sé, 7300-053, Portalegre, pessoa coletiva n.º 514515627, representada por Telma Carreira Curado, ROC n.º 1443, com domicílio profissional em Largo de Camões, n.º 14, R/C, 2410-088 Leiria, como Fiscal Único Efetivo da empresa municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A., e designação de Anabela de Jesus Nunes Prates, ROC n.º 1422, com domicílio profissional na Rua Domingues Bomtempo, n.º 10, Vale Bem, 2820-631 Charneca da Caparica, como Fiscal Único Suplente, da predita empresa.

**

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido **deliberado por unanimidade, designar a Sociedade Telma Carreira Curado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., registada sob o n.º 321, com sede na Avenida Francisco Fino, 31, Zona Industrial, 7300-053, Portalegre, pessoa coletiva n.º 514515627, representada por Telma Carreira Curado, ROC n.º 1443, com domicílio profissional em Largo de Camões, n.º 14, R/C, 2410-088 Leiria, como Fiscal Único Efetivo da empresa municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A., e Anabela de Jesus Nunes Prates, ROC n.º 1422, com domicílio profissional na Rua Domingues Bomtempo, n.º 10, Vale Bem, 2820-631 Charneca da Caparica, como Fiscal Único Suplente, da predita empresa, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4, do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

**

2.2. – Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º do Contrato de Constituição da Sociedade, em conjugação com o estatuído na alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Após a apresentação de proposta de designação do senhor deputado municipal Armando Pedro Pinheiro Rosa para representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., apresentada pelo “Batalha é de Todos – Movimento Independente”, nos termos e para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º do Contrato de Constituição da Sociedade, em conjugação com o estatuído na alínea oo), do n.º 1, do



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 51

artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual, foi o ponto posto a discussão.-----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, tendo sido **deliberado por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 6 (seis) votos nulos e 4 (quatro) votos em branco, designar o senhor deputado municipal Armando Pedro Pinheiro Rosa como representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos e para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º do Contrato de Constituição da Sociedade, em conjugação com o estatuído na alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**-----

Concluída a votação do presente ponto, o deputado municipal Nuno Santos apresentou, junto da Mesa da Assembleia, um pedido de esclarecimentos relativamente à deliberação camarária que serviu de base à discussão e votação do presente ponto. -----

No seguimento do pedido de esclarecimentos, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor deputado Nuno Santos a apresentação do pedido por escrito para ulterior encaminhamento para o órgão Executivo, com vista à análise e resposta dentro dos prazos legalmente definidos.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4, do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

----- ** -----

----- **Ponto 3** -----

Apreciar e deliberar sob proposta do Órgão Executivo, a nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município da Batalha para os anos 2024, 2025 e 2026, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 77.º, do Regime Financeiro Das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual.-----

----- ** -----

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da proposta de nomeação da Sociedade Carreira, Pereira & Associados, SROC, S.A, como Auditor Externo responsável pela Certificação Legal de Contas do Município da Batalha, para os anos de 2024, 2025 e 2026, tendo por base os fundamentos de facto e de direito vertidos na deliberação n.º 2023/0496/DAG, tomada pelo Executivo Municipal em 20/11/2023, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal. -----

----- ** -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido **deliberado por unanimidade, nomear a Sociedade Carreira, Pereira & Associados, SROC, S.A, como**

Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município da Batalha, para os anos de 2024, 2025 e 2026, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 77.º, do Regime Financeiro Das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

**

O senhor deputado Marco Vieira ausentou-se da presente sessão da Assembleia Municipal, não participando na discussão e votação dos restantes pontos da ordem de trabalhos-----

**

Ponto 4 -----

Apreciar e deliberar sobre o Orçamento 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1, do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de: -----

- Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros), para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

- Mapa do Pessoal para 2024, para os efeitos previstos na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

- Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, face à matéria em apreço, solicitou autorização para que o senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro, prestasse os respetivos esclarecimentos. -----

Neste âmbito, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, que após cumprimentar todos os presentes, passou a referir: «*Vou traçar o panorama breve para conseguirmos perceber a evolução do orçamento global para perspetivarmos o orçamento para 2024 e anos seguintes.* -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 51

O ano de 2024 vem com uma perspetiva na ordem dos €21.000.000 de euros. Obviamente que de 2022 para 2023 tivemos esta progressão linear e por força também da execução de dois processos que tem a ver com a junção da fase de execução dos projetos integrados no âmbito do PRR e o início da Iniciativa Territorial de Investimento do Programa Centro 2030. -----

A evolução da despesa corrente e de capital é a que verificam. O orçamento da despesa corrente é alicerçado nas regras orçamentais e tem a ver com a execução dos exercícios anteriores e com alguns factos modificativos que podem influenciá-lo. Tem vindo a aumentar nos últimos anos, passando, em 2020, de 10.000.000€ para 14.000.000€ por força de novas competências transferidas no âmbito da ação social, da educação e da saúde, e por outro lado com alguns fatores a terem uma influência significativa na evolução dos preços de alguns bens e serviços. -----

Sob o ponto de vista da despesa de capital, ainda que tenha tido uma quebra em 2022, sofreu uma recuperação ligeira para se situar ao nível de exercícios anteriores e rondará os 6.900.000€ quando comparada com exercícios em período homólogo. -----

Quanto à evolução da receita ela segue a mesma trajetória tendo uma tendência de subida global nalgumas rubricas que tem uma preponderância no Orçamento e uma trajetória equivalente na receita de capital a situar-se nos níveis dos anos mais representativos. -----

Portanto, €6.400.000 para a receita de capital e uma receita corrente de €14.600.000. -----

Em termos gerais, o Orçamento global situa-se nos €20.000.000-----

A nossa capacidade de endividamento rondará os €17.000.000, sendo a disponível em cerca de quase €15.000.000 e a despesa de capital a evoluir para os €6.900.000. Esta é a estrutura do Orçamento e da receita resumida para 2024. -----

Como sabem o ano de 2024 será aquele em que teremos de efetivar em função das regras dos anos anteriores, com base nas regras orçamentais, sendo que depois existe uma política de reajustamento anual face à programação dos anos seguintes. Neste caso, a maior preponderância do Orçamento serão efetivamente as transferências correntes que resultam do Orçamento de Estado e as transferências de capital. As transferências correntes do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e do Orçamento de Estado representam quase 39 % do valor da receita e depois temos as transferências de capital no qual tem uma influência significativa os valores dos fundos comunitários, cerca de 24,5%. Os impostos municipais representam uma fatia mais contida, cerca de 19 % e, efetivamente, os serviços diretos que nós prestamos e as taxas, multas e outras penalidades representam apenas 4,36% do nosso orçamento da receita. Obviamente que teremos depois, no ano seguinte, o saldo de gerência em trânsito e que irá influenciar o Orçamento global que estamos aqui a aprovar. Essa situação irá ocorrer no mês de fevereiro e com essa transferência de saldo poderemos integrar os valores dos financiamentos não definidos. Sob o ponto de vista da receita orçamental para 2024, obviamente o peso mais significativo será a aquisição de bens e serviços, onde se integram os FSE (Fornecimento de Serviços Externos), isto é, rubricas preponderantes como aquisição de energia, serviços ambientais, plano de ação cultural e os valores de aquisição direta de serviços na área da educação, da saúde e todos os domínios de intervenção da autarquia que pesam 32,34 %, cerca de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 23 de 51

6.800 000€, seguida da rubrica de despesas com pessoal em cerca de €5.800 000 e depois temos o investimento direto na aquisição de bens de capital que se situa na ordem os 5,9 milhões de euros mais as transferências de capital que se situam efetivamente nos €6.300 000. Temos também a política de amortização de empréstimos, onde estes passivos representam cerca de 2,5% do nosso orçamento, perspetivando-se amortizações em cerca de €522.000 para o próximo ano, relativamente a empréstimos já contratualizados e em processo de amortização.-----
Portanto, do ponto de vista é este o orçamento da despesa e quero dar-vos aqui também aquelas que são as despesas correntes mais impactantes na gestão do nosso orçamento e que para nós são as mais preocupantes. Uma das rubricas é a Energia. Falo da baixa e média tensão, cujos custos tiveram uma evolução galopante de 2022 para 2023. Já estamos a negociar processos de concurso a valores mais baixos, mas longe dos valores de 2020. Em 2020 tínhamos custos de energia abaixo os 800.000 euros e, agora, atinge cerca de €1.600 000 em 2023. Estamos a negociar esses valores, uma vez que, como sabem, o mercado se encontra mais estabilizado, mas longe de atingirem os valores de 2020 e 2021. Depois, temos a limpeza e a recolha de lixos. A tarifa que se situava em 2022, em cerca de €32,00 vai passar para €59,00 e evoluirá para os €70,00 atenuado, em 2025. Portanto, tem tido uma trajetória também galopante, com valores acima dos €200.000 e que poderá situar-se na ordem dos €800.000 em 2024. Como sabem, existe uma providencia cautelar interposta pelos Municípios que fazem parte do Grupo da Valorlis, no sentido de conter esta trajetória do tarifário (tarifa regulada pela ERSAR). Encontramo-nos a aguardar pela decisão, no entanto, temos de incorporar esta contingência nos nossos orçamentos e prever estes valores. Sob o ponto de vista da recolha do lixo, a trajetória já é um bocado mais suave, assim como a limpeza. Estamos a falar da recolha do lixo com a empresa de prestação de serviços externos SUMA, na recolha de efluentes com a ADSL e, ainda, na rubrica da Energia. Sob o ponto de vista desta representatividade, o nosso orçamento da despesa situa-se nos €14.000 000 (da despesa corrente), na rubrica da aquisição de serviços, 48% desta despesa corrente, estas despesas ambientais e de energia situa-se em €3.300 000. São muito impactantes e causam constrangimentos acrescidos na evolução do Orçamento, não obstante todo o processo que estamos a fazer. É nesse ponto de vista que temos candidaturas submetidas para a área da eficiência energética em edifícios e também ações que terão de transitar para uma nova concessão no âmbito da iluminação pública. São investimentos e medidas que pretendemos que sejam atenuadoras do consumo e dos gastos energéticos.-----
Neste momento, o nosso equilíbrio orçamental, à data desta Assembleia, situar-se-á na ordem dos €400.000 e este equilíbrio, face a rubricas já apresentadas e à programação, salda-se pelo valor positivo de €155.000, o que significa que entre a receita corrente bruta, deduzida das despesas correntes e amortizações médias dos empréstimos, teremos um saldo para gerir entre o orçamento receita corrente e o orçamento da despesa corrente.-----
Sob o ponto de vista estratégico, as nossas apostas passarão pelo crescimento sustentado e competitividade do território, relevando nas Grandes Opções do Plano (GOP) a área de localização empresarial da Jardoeira e São Mamede. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 24 de 51

Na questão da Habitação Acessível, e no âmbito de um processo de abordagem e negociação do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), teremos hipótese de avançar no âmbito do PRR, sendo o processo conduzido pelo IHRU para a construção de habitação para rendas acessíveis. Aliás, esta medida já foi abordada e discutida no âmbito do Executivo como sendo uma necessidade para o nosso concelho. Temos também a Estratégia Local para a Habitação que já estamos a implementar. Estamos no terreno a avançar com um processo de mobilidade 360 em que já estão identificadas 36 pessoas portadoras de deficiência (com grau de deficiência superior a 60%), para promover a reabilitação as suas condições habitacionais, eliminando as barreiras arquitetónicas. -----

Sob o ponto de vista das Candidaturas ao 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, já estamos a executá-las, dando apoio a todos os Municípios que vão submetendo candidaturas a este programa e depois do nosso lado temos o acompanhamento para que haja o seguimento da candidatura, com os pareceres que são concedidos. -----

Quanto à Promoção da Saúde Pública, pesa nas GOP, significativamente, a construção do novo Centro de Saúde da Batalha, cuja candidatura já foi submetida, perspetivando-se a captação de incentivo no montante de €4.550.000. Temos ainda o reforço de apoio a medicamentos e a centros de ajudas técnicas como alguns dos projetos que estão consignados nesta área. -----

Sob o ponto de vista da Educação queremos continuar as políticas de promoção do sucesso escolar e cidadania. Parte dos nossos projetos pedagógicos serão desenvolvidos também em parceria com a Comunidade Intermunicipal, face às candidaturas e ao novo PT2030. Temos, ainda, considerado na ITI um programa integrado de reabilitação dos jardins de infância e 1.º Ciclo. Quero dizer que este plano é um plano que vai ser apresentado em reunião do Executivo ainda como anteprojeto. Foi feita uma inventariação de todas as necessidades das escolas, através de uma abordagem direta às escolas e agrupamento, tendo resultando de um planeamento de obras de adaptação e beneficiação das escolinhas (primárias e jardins de infância não adaptadas ao contexto da escola a tempo inteiro). Temos de remodelar e reformular refeitórios, casas de banho, alpendres etc. e dotá-las de melhores condições porque as crianças estão muito tempo nas escolas. -----

O Centro Tecnológico Especializado está preparado. Trata-se de um projeto com candidatura direta do Agrupamento de Escolas da Batalha, mas, obviamente, apoiada também pelo Município. Estamos na reta final a fazer a revisão do Projeto de Execução. Este projeto irá seguir para a rua no 1.º trimestre de 2024. O Município da Batalha terá, também, de fazer algumas obras de adaptação, inclusive, o elevador de acesso para as salas onde vamos ter o Centro Tecnológico. -----

Quanto aos restantes programas significativos, continuaremos o Programa INTEGRAR, que promove o sucesso escolar, em interligação com o Agrupamento de Escolas e com a Comunidade Intermunicipal, a Escola Relacional Inclusiva, o Empreendedorismo, o Tesp em contexto empresarial etc. Já submetemos a apreciação o Projeto dos Super Traquinas e continuaremos a reforçar a nossa vigilância sobre questões que ainda hoje foram abordadas. Irá decorrer um Conselho Pedagógico e um Conselho Geral, onde um dos temas que serão abordados será, precisamente, o uso da tecnologia nas escolas. -----

[Handwritten signature]

Quanto à Ação Social e Inclusão, as Creches e o Programa + Família, quero esclarecer que o objetivo é concluir esta creche. -----

É verdade que abriu um aviso para novas creches e esse aviso, no âmbito do PRR, determina uma data até final de janeiro de 2024. Existe a possibilidade de viabilizarmos outra candidatura. Não se trata de priorizar uma coisa em relação à outra, mas efetivamente ir à procura de oportunidades no sentido de disseminar respostas no nosso concelho. Iremos avaliar e abordaremos esta questão de novo em sede de reunião do Executivo. Temos, ainda, o Programa de Envelhecimento Ativo e o aumento das bolsas de estudo, na senda do que tem vindo a ser discutido em sede de reunião de Câmara, a melhoria das condições de acessibilidade da população sénior. Já se falou por exemplo do Táxi e do reforço das ações do GIRA BATALHA. -----

Solicitámos à Comunidade Intermunicipal que o Programa RÁPIDA (projeto de mobilidade) se estendesse ao Município da Batalha, sendo que, eventualmente, se estenderá ao Município da Batalha e de Porto de Mós. Numa fase inicial será uma linha de ligação entre a Marinha Grande e Leiria e, portanto, também aqui vamos criar melhores condições de acessibilidade para as pessoas e melhor interligação entre metrópoles. -----

No que se reporta ao Ambiente Sustentável, cumpre referir que já iniciámos o projeto de recolha seletiva de bio resíduos. Como sabem, no PAPERSU temos linhas de orientação que têm que ver com metas contratualizadas pelo nosso país e que se não cumprirmos a nível municipal seremos penalizados em medidas de apoio e taxas que incidam sobre resíduos, além de podermos perder benefícios sobre créditos ambientais. Iremos avançar com a recolha seletiva de bio resíduos na sede do concelho, extensível depois a sedes de freguesia para o canal HORECA e outros estabelecimentos públicos. Quanto à Parque Verde do Vale do Lena, estamos na fase final de aquisição dos terrenos, sendo que já foi tomado o ato deliberativo e o respetivo projeto já se encontra em desenvolvimento para depois elaborarmos a candidatura. Numa segunda fase, a perspetiva é de que a mobilidade pedonal seja uma realidade e os quadros comunitários encontram-se orientados para estes desafios (Ecovias, circuitos pedestres etc.), pelo que continuaremos a desenhar um modelo de ligação das redes atualmente existentes. -----

Temos, ainda, uma candidatura que visa tornar mais eficiente o sistema de rega dos nossos parques e jardins uma vez que o consumo de água nestes parques na altura do Verão é muito significativo. Esta candidatura visa tornar o referido sistema mais eficiente e evitar o desperdício de recursos, promovendo, assim, um melhor impacto para o ambiente. -----

No que respeita à Eficiência Energética, continuaremos com a candidatura da piscina. A candidatura esteve cerca de dois anos em apreciação em órgãos como CCDR, Comunidade Intermunicipal, Direção Geral de Energia etc., sendo que tivemos de fazer investimentos estruturais nas eletrobombas para que voltassem a funcionar. Neste momento, temos de dar execução ao projeto que foi objeto de intenção de adjudicação no âmbito de um concurso, mas teremos de escolher o momento para arrancar. Os equipamentos e todos os materiais a empregar terão de ser concebidos em contexto de fábrica, pelo que, para minimizar o impacto da sua instalação, procuraremos reduzir o período em



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 51

que serão instalados os materiais no próximo ano e, consequentemente, reduzir o período de fecho das piscinas. Ainda não temos o documento final emitido pela DGE, apesar de nos termos desdobrado em inúmeras iniciativas para que isso acontecesse, realizando até mesmo reuniões com a entidade. Como sabem, estando esta fase concluída, poderemos nós mesmos também concluir o nosso processo do lado da Câmara. -----

Importa, ainda, referir que temos tido a promoção de ações de formação para pessoas dentro do contexto do sector empresarial, de forma a que estejam capacitadas para lidar com esta nova realidade. -----

A concessão de baixa tensão e de iluminação pública do Município da Batalha, assim como todas as outras concessões, chegaram ao fim com a E-Redes. Houve um diploma transitório que permitia prorrogar e continuar com as atuais concessões BTN e iluminação pública, contudo, saiu recentemente uma portaria em que já disponibilizaram os cadernos de encargos. Para nós será um desafio muito grande a interligação com os outros municípios da Comunidade Intermunicipal para lançamento do novo concurso para a BTN. Tratam-se de concessões que podem perdurar durante cerca de 20 anos, sendo que nos encontramos a estudar intrinsecamente o que podemos colocar nestas concessões e iremos fazer um trabalho conjunto com os outros municípios no âmbito da Comunidade Intermunicipal. -----

No que se reporta à Regeneração Urbana e Património, mantem-se o nosso projeto e as nossas intenções, inclusive, na ITI, porque existe uma prioridade de investimento nesta área para os centros cívicos. A Direção Geral de Património canalizou para aquilo que eram as ITI's e para o Centro2030 as intenções de reabilitação das Igrejas Matriz da Batalha e Reguengo do Fetal. -----

O ano de 2024 é o ano em que temos a maior base de investimento para executar o acordo com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) para as obras do Mosteiro, entre as quais se engloba a reestruturação do sistema de iluminação, a rede de energia, a realidade virtual e aumentada etc. -----

Quanto ao Desenvolvimento Sustentável da Água, importa referir que já temos os projetos na reta final para renovação dos furos de captação e que estamos a negociar os terrenos com os proprietários. Com sabem, encontravam-se localizados em propriedade privada e estamos a proceder à regularização, resolvendo o problema do seu registo em nome da autarquia, para que possamos efetivamente candidatar os furos e assumir a posse efetiva da utilização desses terrenos. É nesse sentido que fizemos um levantamento e elaboramos o projeto para iniciar a execução dos furos de captação, projeto que se encontra, também na ITI. -----

Temos, ainda, as condutas adutoras e gravíticas relativamente às quais é necessário recomeçar um plano substancial e gradual de rejuvenescimento do sistema de abastecimento de água. Estes projetos, do ponto de vista do projeto de execução, estão concluídos e prontos a candidatar. -----

É um assunto que abordaremos mais à frente quando apresentarmos a situação relativamente às águas, mas avança-se já que queremos reforçar o sistema de telegestão. Encontrámos um sistema de telegestão que ainda não satisfaz as nossas pretensões e, portanto, iremos manter a monitorização no combate às perdas de água. -----

[Handwritten signature]

No âmbito do Desporto e Vida Saudável, teremos de fazer um processo de melhoria significativa, devido a infiltrações no Pavilhão da Golpilheira. O projeto encontra-se na fase final, foi entregue e reporta-se à cobertura e as condições de eficiência energética. -----

Neste ponto, interessa, ainda, referir a execução do Pavilhão de São Mamede e o apoio ao desenvolvimento desportivo das associações e em contexto escolar, onde se inserem algumas parcerias com associações locais. -----

Quanto à Mobilidade e Segurança, pretende-se, entre outros, a melhoria significativa da Rede Viária, através de projetos já contemplados nas GOP. Ainda com relevo neste ponto, importa referir que mantivemos o reforço dos circuitos pedestres e urbanos cicláveis, destacando-se, também, os Programas GIRA BATALHA e RÁPIDA no plano de intenções. -----

Sob o ponto de vista da Cultura e Turismo, existe a possibilidade de retomarmos processos de redes de cultura. Teremos de procurar programas comunitários de apoio, o que se encontra a ser feito não só com o nosso Município, mas também em interligação com outros. Temos, ainda, os roteiros sustentáveis e a rede de património da humanidade, com vista a ver se conseguimos, de alguma forma, criar algum evento de representatividade internacional e que possa ser candidatável. -----

As nossas Grandes Opções do Plano (GOP) são estas e situam-se em €13.900 000, sendo o maior destaque para as funções sociais, onde se integram o ensino, a ação social, a educação, habitação, bem como toda a política do ambiente, seguida das funções económicas, nomeadamente, os transportes, parques industriais e comércio e, depois, as outras funções. -----

No que respeita ao acompanhamento, o suporte do nosso orçamento está escudado na integração de incentivos já contratualizados, bem como um ou outro que ainda será contratualizado. -----

Em termos gerais, a nossa perspetiva de execução do Plano de Resiliência, isto é, projetos integrados no PRR são de €10.200 000, sendo que neste valor, nós acompanhamos o processo das candidaturas não só do CACI, mas também do Centro Tecnológico que têm a ver não diretamente com a execução dentro do Orçamento da Câmara, mas sim por parte das entidades em quem estamos a suportar apoio para a execução destes projetos. Portanto, são €10.200 000 com maior ratio per capita a nível distrital de investimento público direto através do PRR. -----

Sob o ponto de vista da Contratualização da Batalha, ITI da Comunidade Intermunicipal é, de facto, o ano representativo daquilo que pretendemos fazer. A contratualização envolve, para a Região de Leiria, cerca de €105.000 000, dos quais cabe ao Município da Batalha aproximadamente €5.800 000, ou seja, cerca de 5,5% dos valores distribuídos. -----

Há uma regra imputável aos maiores centros urbanos e, por isso, são eles que levam a grande fatia, contudo, o nosso ratio per capita não estará nos mais baixos. O Município de Porto de Mós tem um valor de distribuição per capita de 324 e nós temos 371. -----

Existem municípios do interior que, naturalmente, têm mais porque têm menos população, mas, em traços gerais, é este o valor distribuído por município. Os valores que submetemos para a ITI eram quase €8. 000 000, mas a aprovação possível e distribuída pelos municípios foi esta. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 51

Os valores que se encontram distribuídos não serão o valor final da nossa execução porque depois poderemos dar maior preponderância, reforçando determinados projetos em detrimento de outros. Tem a ver com o nível de execução e com as nossas prioridades para reconduzir incentivos de uns projetos para outros. -----

Em traços gerais é este o panorama do nosso orçamento, sendo que, como é obvio, no valor do investimento não definido estão muitos milhões de euros, o que se deve a captação que, à medida que formos assegurando as fontes de financiamento externo, designadamente, empréstimos, transferências do Estado e/ou fundos comunitários, canalizaremos do investimento não definido para o investimento definido.»-----

Após apresentação do documento em apreço por parte do senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro, e atento aos fundamentos enunciados na Deliberação n.º 2023/0511/D.A.G., tomada na reunião do Executivo Municipal de 30/11/2023, foi o ponto posto a discussão. -----

Antes abrir as inscrições para a discussão do presente ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, a título de informação complementar, referiu: «Os cerca de €1.700 000 que se encontram alocados em Projetos no âmbito do PRR e que, em concreto, visam o Mosteiro da Batalha, destinam-se à requalificação elétrica interior deste monumento (permitindo retirar um PT obsoleto que ainda tem no seu interior), bem como à requalificação dos Jardins do Claustro Real, últimos jardins da época existentes em Portugal. Outra intervenção que será iniciada já no início de janeiro é a retirada de todos os telhados da Sala de Capítulo. Tratam-se de “telhões” em espinha que, quando começam a cair, caem todos. Torna-se, assim, necessário retirar todos as telhas, substituir por novas e tratar as asnas de madeira. Esta sala é uma das mais importantes do seu tempo na Europa, sendo a maior do seu tempo sem pilar central, o que implica que não possa existir infiltrações naquela abóbada. Por fim, a última intervenção reporta-se à limpeza interior e exterior e tratamento das Capelas Imperfeitas.-----

Encontra-se, ainda, previsto o projeto de implementação de rede WiFi no Mosteiro, permitindo ao visitante ter acesso a um vasto conjunto de informação através de uma aplicação, nomeadamente, realidade virtual, QRCode, pontos de georreferência etc., em diversas línguas.»-----

Apresentada a referida informação complementar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao deputado do PSD, **Victor Correia**, que, após cumprimentar todos os presentes, referiu: «Este Orçamento faz-me lembrar quando era pequenino, em que a Batalha era só uma Vila que vivia tudo em redor do Mosteiro. Lembro-me de brincar na poça do lote vazio da célula B à espera de projetos e que as coisas acontecessem. A verdade é que em 2023 a Batalha continua parada no tempo, como estava há 30 anos atrás. O tema quente deste ano tem sido que a Câmara atrasa constantemente o desenvolvimento económico e social do concelho. São projetos parados, é o Pavilhão de São Mamede parado, são as obras da creche sem fim à vista, são as obras da piscina que tiveram fechadas e abriram, mas que agora vão voltar a fechar para mais obras etc. Por outro lado, há um aumento de receita que todos pagamos e há notícias de que a Câmara não baixa o IMI e que sobe a taxa máxima de IRS.-----

[Handwritten signature in blue ink]

Tudo o que precisavam de fazer era dar continuidade aos projetos que estavam em curso com o anterior Executivo do PSD. Teriam feito obras neste mandato e chegavam ao fim do mandato com imensa coisa já feita e até vos dava mais votos para poderem renovar o mandato seguinte, mas não. Optou-se por uma Batalha parada no tempo e sem projetos e/ou dinamização. -----

Olhando para o Orçamento em concreto, não percebo o orgulho de mostrar gráficos com evolução de receita e despesa com tudo a subir/crescer. Esse aumento de receita é pago por nós. Somos nós que pagamos para que a Câmara possa subir os níveis de receita. -----

Fala-se num aumento de €3. 000 000 nas funções sociais, mas esquecem-se que estas funções têm uma rubrica de "tratamento de resíduos" e por isso é que aumenta. O que não compreendo é a "queixa" de que está tudo a subir para a Câmara, que é tudo difícil, que o tratamento do lixo está mais caro etc. e que isto limita o Orçamento. A Câmara só tem um cliente e somos nós como contribuintes. Esses acréscimos somos nós que os vamos pagar. Difícil está para mim que tenho de trabalhar mais para pagar estes aumentos e para as empresas que têm de pagar salários e trabalhar mais para pagar esses aumentos. ----

Quanto ao Orçamento em concreto, foco-me em cinco pontos essenciais. Primeiro, no que se reporta à Ação Social, esclarece-se que esta aumentou, mas isto só se deve ao anúncio de uma nova creche. Não têm capacidade para concluir um projeto que é a creche atual e que está a meio caminho e já com dois anos de atraso, mas já estão a anunciar nova candidatura para outra creche. Preferia que acabassem primeiro esta e depois anunciassem uma nova. Coisas importantes como o apoio à infância são reduzidos em 20% para este ano.-----

Falam sobre Habitação, mas não percebo o que fizeram até agora e o que vão fazer. Temos €344.000 de orçamento para a Habitação no próximo ano. O que vão fazer com este valor? Vão comprar apartamento e meio? É com isso que vão resolver o problema da habitação e disponibilizar habitação acessível para todos?-----

Por outro lado, temos um aumento na rubrica do Desporto de €1.900 000 para €3.000 000, mas isso só se deve à questão do Pavilhão de São Mamede que continua parado. -----

Quanto à Contratação de Pessoal, a Câmara continua com um orçamento muito semelhante ao do ano passado, continuando a contratar mais gente e querendo passar de 227 pessoas para 279.-----

Por fim, em termos de estradas, vai gastar-se quase mais €2.000 000, sendo que se encontra cronometrado para ser aprovado o orçamento deste ano com mais 2 milhões de euros em estrada, no final do próximo ano adjudicarem um concurso público para o empreiteiro ir fazer a obra, no primeiro trimestre de 2025 a obra estar em execução e a obra ser concluída antes das eleições autárquicas. Além disso, estes 2 milhões de euros serão pagos com recurso a empréstimo que iremos votar de seguida. Este Orçamento estagna a Batalha durante mais um ano. -----

Pode haver falta de visão e dinamismo, mas também há falta de capacidade para executar. -----

*De seguida, interveio o senhor deputado da Iniciativa Liberal, **Ricardo Vala**, que passo a referir: «Vejo que na rubrica dos transportes escolares se encontram afetos cerca de €180.000, contudo, divergindo o valor relativamente ao ano anterior, questiono se já se encontra integrada neste plano a*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 30 de 51

recomendação da Iniciativa Liberal aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia, no passado dia 27 de fevereiro. Esta recomendação propunha que passasse a ser incluído o transporte de crianças residentes a uma distância inferior a 4 quilómetros do seu estabelecimento de ensino. Estamos a falar de mais de 600 alunos nessas condições.-----

Quanto ao IMT, gostaríamos também de saber se a nossa recomendação, aprovada na última Assembleia Municipal, referente à isenção de IMT para jovens até 35 anos e com o limite 150.000,00 euros, já se encontra contemplada neste plano orçamental.-----

Mais. Constatei que estão inscritas nesta proposta de Orçamento, a verba de €2.239 000 para festas e €2.676 000 para estradas, mas depois encontram-se alocados 344.000,00 para habitação e 224.000,00 euros para turismo, mais precisamente, 0,8% para o turismo e 1,2% para habitação sobre o valor do Orçamento. -----

Temos o terceiro monumento mais visitado do país e o primeiro mais visitado fora de Lisboa, sendo que em 2022 recebemos a visita de 33 turistas por hora, vindos dos quatro cantos do mundo, mas não fomos capazes de aproveitar a presença dessas pessoas. Não há vida para além do Mosteiro, razão pela qual os turistas, depois de visitarem esse monumento, optam por ir embora para Fátima, Alcobaça ou Nazaré. Cabe ao Município contribuir para criar condições para o desenvolvimento dessa área. Como é que não existe uma estratégia para o turismo? Vários outros municípios, com muito menos para visitar, apostaram no turismo, tirando daí dividendos. -----

Quanto à Habitação, cumpre referir que, na última sessão de Assembleia Municipal, a pedido da Iniciativa Liberal, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para identificação de ações que contribuam para o desagrevamento da crise da habitação na Batalha. Neste plano do Orçamento não vimos contemplados os valores necessários para o desenvolvimento de qualquer programa nesta área. As verbas alocadas são €49.000 para a compra de terrenos e €234.000 para a aquisição ou reabilitação de frações ou prédios destinados a habitação. -----

Este valor é cerca de 1,2% do valor total do Orçamento, o que nos parecem ser valores irrisórios face às necessidades. O que pretende o Município fazer com este valor?-----

Recordo que, para habitação, temos €344.000 e para as festas temos €2.239 000 e para as estradas cerca de €2.600 000. -----

Alcobaça tem investido na habitação a custos controlados, disponibilizando terrenos aos privados já com projetos aprovados, sendo que, atualmente, tem em curso um projeto para 210 fogos habitacionais, em 7 lotes, numa área total de construção de 44.000 m2. Isto tudo com um Orçamento de €38.000 000. Este é um exemplo existindo outras opções como acelerar procedimentos de licenciamento, reduzir taxas etc. -----

Quanto à residência para estudantes, verificando-se que se encontram inscritos neste plano mais de €200.000 em arranjos exteriores, questiona-se sobre qual o valor final a que ficará a obra. -----

Outra questão relativamente à qual gostaríamos de obter esclarecimentos é o Bike Sharing. -----

Em 2023 encontrava-se previsto no Orçamento uma verba de €716.000, sendo que no de 2024, temos alocada apenas um valor de €28.000 sob o título "Ciclovia Urbana e Bike Sharing". Ora, fomos

[Handwritten signature and initials]

informados de que a empresa contratada foi à insolvência, mas a empresa portuguesa não fechou e continua a laborar. Assim, o que encerrou foi a casa mãe, pelo que não será, de certo, esse o impedimento para avançar com o projeto. -----

Quanto ao aluguer de equipamentos de apoio a eventos, espera-se que em 2024 sejam gastos mais de €300.000 euros nestes alugueres. Ora, se somarmos os valores gastos em 2022, 2023 e 2024 ficaremos perto de €1.000 000. -----

O senhor Presidente Raul de Castro referiu, num dos Orçamentos, a possibilidade de aquisição destes equipamentos para deixar de pagar esses valores muito elevados, pelo que gostaríamos de saber qual a conclusão a que chegou para manter esta situação. É que aos valores pagos acresce, ainda, a desvantagem de os equipamentos ficarem desde junho (FIABA) até agosto (Festas da Batalha) a ocupar o espaço da feira. -----

No que se reporta ao IRS, o Município aumentou o valor da comparticipação de 4% para 5%, o que corresponde a cerca de 140.000,00 euros que foram retirados aos Batalhenses. Para que serviu este esforço adicional dos Batalhenses? Sabemos que teremos de pagar uma indemnização ao empreiteiro do Pavilhão de São Mamede, no valor de 110.000,00 euros, será que valeu o esforço?

Sabemos, também, que o Estado central passou as suas responsabilidades para o Município, mas que não passou o valor necessário para cobrir as despesas na totalidade. Será para isso que irão servir os €140.000? -----

*Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado do Chega, **Eduardo Veiga**, que passou a expor o seguinte: «Os orçamentos assumem-se de extrema relevância para as Câmaras e para os Governos, mas cada vez mais o são para as pessoas. Estas pessoas não têm a hipótese de aumentar receitas ou impostos como a Câmara faz e, com o aumento das despesas, têm de cortar noutras despesas. Como já foi referido, retivemos o 1% extra do IRS sendo que, embora Leiria tenha a mesma percentagem, Porto de Mós, por exemplo, tem 2,5%. O Município de Alcobaça irá aumentar de 2,5% para 2,6% e nós iremos passar para os 5%. -----*

Algumas das despesas são relativas a pessoal em funções, onde aumentou 10%. Verifica-se, ainda, que os preços da energia e combustíveis estabilizaram, no entanto, no setor “combustíveis e outros”, há um aumento que passou de €140.000 para €330.000. No setor “outros trabalhos especializados” passámos de €122.000 para €220.000. No que se reporta ao aluguer de equipamentos, passámos de €82.500 para €246.000. Na parte das creches temos outros €350.000. Se calhar, se tivéssemos cortado algumas dessas despesas não precisávamos nós, enquanto contribuintes, de estar a contribuir para o aumento da receita.»-----

*Findas as intervenções dos senhores deputados, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para proceder ao esclarecimento das questões colocadas, referindo: «Começo por responder ao senhor deputado Vitor Correia, dizendo que, se conhecesse a Estratégia Local de Habitação, talvez percebesse os valores apresentados. Existe um conjunto de habitações onde se encontram pessoas carenciadas e que o plano prevê que possamos recuperar as mesmas para estas pessoas. As pessoas*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 32 de 51

não têm capacidade para fazer o seu aproveitamento, mas que entendemos que, no âmbito da estratégia local para a habitação, nos é possível fazer isso.-----

Quanto aos apartamentos e/ou casas para arrendamento acessível, cumpre esclarecer que nós queremos ter essas habitações e, para esse efeito, temos hipótese de a Câmara investir diretamente em terrenos onde se possa construir habitações para arrendamento acessível ou, em alternativa, fazer o que alguns municípios fazem, contratando com o IHRU. Nestes casos, o IHRU desenvolverá o projeto, a construção e fazem a gestão do arrendamento acessível. No fundo, ficamos com essas habitações cá sem necessidade de investir diretamente e é isso que procuraremos fazer. Já realizámos algumas reuniões com o IHRU e o que está em causa é eles desenvolverem dois projetos, um das Alcanadas e outro em São Mamede para se poder o referido tipo de construção.-----

Quanto aos terrenos na Batalha para construção, cumpre referir que com as alterações ao PDM, verificou-se um desbloqueamento de 30% da área que era para construção e que deixou de o ser com o PDM de 2015, acreditando-se que tal permitirá o aparecimento de muito mais habitação na Batalha.-----

Quero, ainda, dizer que, em relação ao Serviço de Urbanismo da Câmara, temos estado a tentar recuperar tudo o que estava para trás, não tendo sido possível ainda chegar ao ponto "0". Queremos que haja rapidez nas apreciações. Muitas das vezes temos projetos a demorar mais tempo e a responsabilidade, devidamente comprovada, não tem sido da Câmara. Alguns técnicos (externos) não se dão conta dos elementos que têm de apresentar, iludindo os proprietários que encomendaram o respetivo serviço. Temos advertido todos eles de que deverão entregar os projetos completos.-----

Quanto aos custos das estradas, existe, por um lado, uma pressão enorme para fazermos investimento em estradas que necessitam de ser recuperadas e, por outro, insurgem-se contra os custos associados a essas intervenções. Afinal o que queremos? Quem está a gerir os destinos durante estes quatro anos é este Executivo e, naturalmente, temos um projeto global que implica intervir nas estradas porquanto a Rede Viária do concelho está muito degradada.-----

Nestes termos, e no conjunto das intervenções, só lhe peço que dê a devida tolerância ao tempo.-----

Quanto à intervenção do senhor deputado Ricardo Vala no âmbito dos transportes escolares, esclarece-se que é uma medida do Ministério que nos encontramos a cumprir. Quanto à isenção do IMT, é importante referir que as transações na Batalha têm sido muito diminutas.-----

No que se reporta ao que tem sido feito em matéria de turismo, informa-se que já reunimos, pelo menos duas vezes, com os operadores hoteleiros da Batalha. O problema que a Batalha tem em relação às pessoas que vêm ao Mosteiro e depois se vão embora, é que só vêm aqueles que estão na rota do turismo de Lisboa. O turismo de Lisboa faz percursos e programas da semana e vão lá fora vender esses programas. Estes programas são, por exemplo, de três dias, destinando um dia para vir a Fátima, passam em Óbidos e seguem para Lisboa. Esta é a razão para estarem aqui apenas uma hora. A não ser que se crie um programa específico como o referido, não há forma. Enquanto não houver esta conjugação de esforços para podermos ter aqui também turismo, as coisas continuarão

[Handwritten signature in blue ink]

nesta linha. As pessoas vêm à Batalha, vão ao Mosteiro e vão embora. Quando ao IRS, já se demonstrou que o impacto que possa ter sob as famílias só se justifica nos "grandes".» -----

*No seguimento da intervenção do senhor Presidente da Câmara, Raul de Castro, e com vista ao esclarecimento das restantes questões suscitadas pelos senhores deputados municipais, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, passando a esclarecer que: «No que se reporta ao pessoal, importa referir que nós temos, neste momento, mais competências acolhidas, o que forçou uma política de incremento do pessoal. Ou seja, temos a efetividade da descentralização das competências na área da educação, saúde e ação social. A via direta de impacto no Orçamento do pessoal (os referidos 10%) tem a ver com uma política de reajustamento salarial que não se encontra diretamente ligada à questão dos novos postos de trabalho. Apesar de estarem previstos no Mapa de Pessoal uma série de postos, a verdade é que muitos deles transitam sempre como "não ocupados". Nestes temos, este impacto direto que iremos ter com gastos com pessoal tem a ver, fundamentalmente, com essas funções e com as atualizações que ainda não foram concluídas este ano. As atualizações derivam da política de reajustamento da Administração Central para os funcionários públicos. -----*

*Quanto à política de habitação, efetivamente é o valor da ELH (Estratégia Local de Habitação). -----
Quanto aos transportes escolares, é de facto esse o valor da concessão de concurso para os transportes escolares. -----*

Por fim, quando à nova Creche, pergunto se, havendo possibilidade de financiamento, não fazemos candidatura até 30 de janeiro? Se tivermos oportunidade de captar recursos para uma nova creche, vamos deixar de o fazer? São estas as questões que deixo.» -----

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado do CDS, **Francisco Coutinho**, que referiu: «Não se vislumbra uma conexão entre o Plano Diretor Municipal e o desenvolvimento para o concelho no seu todo. O concelho tem quatro freguesias, não vislumbro aqui uma conexão de obras que justifiquem e que se integrem nessas mesmas freguesias e, para além disso, para o restante distrito e/ou Região. Penso que estamos aqui a seguir um caminho que tem a ver com uma flexibilização de normas específicas que, na prática, não irão resultar. Fala-se no PRR, mas não acredito que venham verbas do PRR. Não nos esqueçamos que na Europa vamos ter Ucrânia e muitas dessas verbas vão para esse país e não para Portugal. A prova evidente é que os planos dos PRR (e outros mais) estão atrasados e, certamente, não se irão concretizar. Por outro lado, não se vislumbra no Orçamento uma estratégia no âmbito da Regionalização. Penso que é fundamental e vamos aguardar pelas próximas eleições legislativas para verificar quem vai ganhar e depois verificar se estas situações terão uma condução mais concreta e direta. Se a (s) Câmara(s) têm hoje mais encargos é porque os aceitaram. Muitas das Câmaras não aceitaram, pelo que, certamente, temos hoje a Câmara da Batalha como a maior empresa de trabalhadores do concelho e vejo isso com alguma apreensão. No futuro, quando deixarem de existir os financiamentos e estes programas, não sei como é que as coisas se irão concretizar porque as receitas locais não vão chegar sequer para pagar aos funcionários.» -----*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 34 de 51

Usou da palavra o senhor deputado do PSD, **Alfredo de Matos**, passando a expor: «Começo por referir que isto, como Orçamento, considero que tem algumas falhas, principalmente falhas de ambição. É um Orçamento característico de quem tem garantida a sua aprovação.-----

O senhor Presidente há pouco protegia-se na ELH (Estratégia Local de Habitação), mas o que eu entendo é que a Câmara Municipal da Batalha e seu Executivo não tem qualquer Estratégia Local para a Habitação. Quando se diz que os €340.000 são para reparar as casas das pessoas com necessidades, estamos a falar de apoio social e não estratégia local de habitação. Não é o que consta das GOP. O senhor tem destinado esse dinheiro à aquisição e reabilitação de frações e/ou prédios a destinar a habitação, isto é, comprar, reparar e colocar pessoas a viver nessas habitações. Isto é que é estratégia local para a habitação. Encontra-se inscrita no Orçamento uma verba de €49.000 euros para a aquisição de terrenos destinados a habitação, pelo que, se a Câmara tivesse uma Estratégia Local de Habitação tinha aproveitado os lotes que detinha nas Cancelas, destinados a construção a custos controlados e/ou para habitação jovem, e tinha procedido à construção desses prédios. A Câmara optou por vender os lotes de terreno e encaixar o dinheiro. Agora vamos comprar terrenos nas Alcanadas para fazer habitação a custos controlados? Com o valor de €230.000 destinado a compra de habitação não vamos a lado nenhum porque é insuficiente. -----

O senhor Presidente referiu, ainda, que quem iria resolver este problema era o IHRU, contudo, como apresentado parece que não temos de fazer nada. Eles fazem os projetos, constroem e metem lá as pessoas e resolvem tudo sem que tenhamos de fazer nada. Mas isso não existe. Temos de ser nós a fazer e tomar a iniciativa. -----

Quanto ao demais, eu considero que este Orçamento e GOP para o ano de 2024 e seguintes, são o reconhecimento da pouca iniciativa que tiveram ao longo destes dois anos. Tomaram algumas opções como pintar algumas estradas, arranjar os centros cívicos, pintar as igrejas, mas isso é muito pouco ambicioso e não era o que esperávamos. Esperávamos mais. -----

Em relação às Áreas Industriais, eu não acredito que se faça alguma coisa, uma vez que os projetos não estão feitos. Não acredito que se vá comprar alguns terrenos a tempo de se fazer alguma coisa. Acho estranho que surja para infraestruturas para a AL da Batalha uma verba de cerca de €4.000 000, quando eu não conheço projeto. Se, de facto, tiverem esse Orçamento, só têm é de arranjar forma de conseguir construir essa infraestrutura, uma vez que a mesma faz falta na Batalha. Sem um financiamento adequado que permita adquirir os terrenos e fazer a obra nós nunca teremos uma ampliação da Zona Industrial da Batalha. Quanto a São Mamede parece mesmo que não se irá fazer nada pois que o valor que está afeto a São Mamede nem para o projeto dá. Certo é que, sem projeto sequer, não é possível realizar nenhuma destas obras.» -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para esclarecer que: «Começando por responder ao deputado Francisco Coutinho, é óbvio que o ideal era que o PDM correspondesse de forma direta com os interesses das freguesias, contudo, apenas quem nunca lidou com as estruturas que têm o poder decisório sobre o território de cada concelho é que pode estar fora disto. Sabemos muito bem das propostas que fizemos para desafetações e sabemos bem as situações que foram resolvidas e as

que ainda se encontram por resolver. Esperamos que com a revisão do PDM que se inicia em 2024 possa ser possível resolver as situações ainda não resolvidas.-----

Quanto à Habitação, se falarmos nalgumas largas dezenas de apartamentos que irão nascer, quer nas Alcanadas quer em São Mamede, só no fim é que conseguiremos ver os resultados. É bom esclarecer que não é por colocarmos o IHRU neste processo que estamos a falar de construção social. Tratam-se de construções a custos controlados. Por outro lado, se consideram que a Câmara tem capacidade para gerir um parque com 60 ou 70 frações, com rendas acessíveis, a prática contraria a teoria. Não temos equipas para responder a constantes incidentes que possam surgir como, por exemplo, um buraco na parede ou um cano entupido etc. Como não temos essa capacidade, o IHRU assegura isso. Nós queremos é ter respostas dentro do concelho.-----

Importa também esclarecer o deputado Eduardo Veiga referindo, mais uma vez, que o aumento da receita não resulta necessariamente do aumento de impostos. Se existe mais pessoas a contribuir, aumenta a receita.-----

No que se reporta às Bicicletas, é importante referir que estava previsto que uma empresa facultasse um determinado número de bicicletas a disponibilizar na Batalha e que até chegámos a ponderar em articular com o IPL no sentido de colocar na residência de estudantes uma base de utilização. Estávamos na expectativa de que as bicicletas fossem entregues, contudo, quase esgotados os prazos, colocou-se a questão de saber se valeria a pena ter bicicletas na Vila da Batalha. Vamos de bicicleta até onde? São Jorge? Leiria? A morfologia da Vila da Batalha levanta muitas questões quando à real utilidade dessas bicicletas. Lembro-me do que aconteceu no concelho ao lado, em que, das 15 bicicletas disponibilizadas, sobrou uma que foi encontrada na Feira da Ladra em Lisboa.-----

A verdade é que a empresa veio pedir para ser excluído do contrato o fornecimento das bicicletas, submetendo nós à consideração da CCDR para esse efeito por entender que não representava uma grande virtude para aquilo que poderia ter sido projetado. Não significa que no futuro não possa vir a realizar-se, mas, atualmente, não desperdiçaremos esse valor.-----

Por último, no que concerne ao aluguer de equipamentos para a FIABA e Festas da Batalha, esclarece-se que nós alterámos a forma de trabalhar/logística em relação à FIABA e Festas da Batalha e demos um grande impulso à participação das associações do concelho que, com melhores condições, poderiam oferecer melhor serviço e, consequentemente, atrair mais pessoas. Quer se queira aceitar, ou não, a verdade é que a FIABA e as Festas da Batalha tornaram-se quase indispensáveis para as associações. Com o trabalho têm conseguido angariar alguns dinheiros para as suas atividades e desenvolvê-las para o interesse do concelho. É por isso que nos custa por ano cerca de meio milhão de euros de aluguer de equipamento e infraestruturas para ter o resultado que tem tido. Isto faz-nos pensar no que poderíamos fazer mais virado para o futuro, contudo, não existe espaço. Este ano tivemos concertos a rondar as 20 000 pessoas. A Batalha tem capacidade ao longo do ano para fazer coisas e ajudar a economia e não ser só o Mosteiro.-----

Felizmente, na Batalha as associações dão cartas a desenvolver iniciativas em prol da comunidade e a Câmara orgulha-se de as apoiar de forma a que mantenham e prossigam com a sua caminhada.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 51

Interveio o senhor Deputado do PSD, **Nuno Santos**, referindo: «Quanto à Habitação, alerto que muitas vezes quando damos as coisas a outros para gerir ficamos nós mesmos sujeitos a determinadas regras que possam impor. Por outro lado, chamo a atenção, também, para o facto de habitação a custos controlados não corresponder a habitação social, mas poderemos correr o risco de essas entidades, a quem vamos “adjudicar o projeto” trazerem para cá habitação social que nem sempre é o que se procura.»-----

Em relação aos eleitoralismos, refiro que, embora o Presidente tenha afirmado anteriormente que não faz obras nos últimos 6 meses de mandato, o calendário não parece ajudar e confirmar isso.»-----

Em relação ao assunto do Mosteiro, agradeço o esclarecimento simples, mas concreto, prestado sobre o dinheiro que vai ser gasto no Mosteiro.»-----

Seguidamente, usou da palavra o senhor Deputado do PSD, **Victor Correia**, para referir: «Quanto ao Mosteiro, o senhor Presidente Raul de Castro disse, e bem, que a Batalha é só Mosteiro e que as pessoas vêm em duas horas e vão-se embora, mas é triste pois trata-se de um dos monumentos mais visitado em Portugal. É um monumento que tem um orçamento de milhões de euros à conta dos bilhetes, mas tem de ser a Câmara a servir de barriga de aluguer para que se procedam a obras no mesmo. Veja-se que 60% do orçamento da Cultura previsto para o próximo ano é para o Mosteiro, cerca de €1.400 000.»-----

Quanto à Habitação, se os €344.000 euros que falou, e se eu estiver enganado, se forem para habitação social, então o senhor Presidente vai executar o plano estratégico com 0€ porque no orçamento estão 0€. É uma falácia. Não existe, mas eu dou uma sugestão, habitação a preços acessíveis é dos melhores negócios que a Câmara pode ter porque vai ao Banco, financia-se a 3% ou 4%, as pessoas a seguir pagam renda ou vendem-se imóveis e secalhar consegue-se retirar daí uma rentabilidade de 6% ou 7%. A Câmara até pode ganhar uma verba para meter na ação social. Tudo isto pago pelo utilizador-pagador. Este tipo de planos de habitação a preços acessíveis pode ser a melhor coisa que pode acontecer a um concelho, mas tem de haver espírito de iniciativa e tem que haver capacidade de execução. Isto posto, custa-me saber que há 0€ para este plano estratégico para a habitação acessível, mas ao mesmo tempo pede a esta Assembleia para a Câmara se endividar em mais 4 milhões de euros para meter alcatrão. Por um lado, não rentabiliza os recursos da Câmara para resolver a habitação a preços acessíveis, e que corresponde a uma entrada de receita na Câmara, por outro, vai pedir para esta se endividar em mais €4.000 000 para meter alcatrão, o que é só a campanha eleitoral mais cara de sempre. Não percebo estas prioridades.»-----

Também não percebo as prioridades quando o senhor Vice-Presidente diz que nos devemos candidatar aos fundos para termos a Creche dos Pinheiros. Se eu retirar esse valor do Orçamento, o valor para a ação social deste ano vai ser igual ao do próximo ano. Numa altura em que as famílias estão a sofrer e no panorama nacional que temos em termos económicos e sociais, o valor da Ação Social para o ano que vem é o mesmo que o deste ano? Não se entende.»-----

Por fim, o senhor Vice-Presidente falou que a Câmara tem mais competências devido à descentralização de competências, mas essa descentralização já tem vindo a acontecer de há uns

[Handwritten signature in blue ink]

anos para cá, o PSD teve de gerir essa descentralização com muito menos recursos e não engordou a Câmara para conseguir cumprir com essas obrigações. Com a descentralização das competências vem mais receitas. Eu não percebo diz que precisa de mais gente por causa dessa descentralização, mas onde está a telefonista do Centro de Saúde?»-----

Neste seguimento, usou da palavra o senhor Deputado **Alfredo de Matos**, para esclarecer que: «*Para mim este Orçamento é eleitoralista, o que não significa que o senhor Presidente o seja. Por outro lado, queria chamar à atenção facto de considerar que este ponto deverá, na minha opinião, ser votado de forma separada.*» -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para informar os senhores Deputados do seguinte: «*Quanto às questões do deputado Nuno Santos quanto aos prazos, mantenho. Quanto ao deputado Vitor Correia, refiro apenas que as mesmas respostas significam coerência. Quanto à verba para Habitação a preços acessíveis, volto a referir que não se trata de habitação social. Existe uma verba para aplicar em casas de pessoas carenciadas com vista à reabilitação e outra para a habitação a preços acessíveis. A renda acessível é o melhor caminho e estamos a lutar por isso. Existe uma série de Câmaras com contratos já assinados, mas a nós pediram-nos agora para começar a elaborar os projetos (que têm de ser aprovados pela Câmara) e por isso acreditamos que as coisas possam correr bem.*»-----

Estamos aqui a tentar fazer o melhor que é possível e o que peço a todos é que congreguemos esforços para fazer o melhor pelo concelho. Se não formos nós a fazer mais ninguém o fará. Nós é que vivemos cá e temos de saber o que é melhor. A política há-de surgir num outro ponto, mas agora é necessário a conjugação de esforços.» -----

**

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal tendo sido **deliberado:** -----

i) Por maioria, com 13 (treze) votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção, aprovar, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1, do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), o Orçamento 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029; -----

Votaram contra os senhores deputados do PSD, Alfredo de Matos, Carlos Santos, Hugo Vicente, Elodie Zeferino, Nuno Santos, Frederico Alfaro e Vitor Correia; o senhor deputado do Chega, Eduardo Veiga e o senhor deputado do CDS, Francisco Coutinho. -----

Absteve-se o senhor deputado municipal da Iniciativa Liberal, Ricardo Vala. -----

ii) Por maioria, com 13 (treze) votos a favor e 10 (dez) votos contra, autorizar, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

a) -- Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

b) -- Resultem do previsto no orçamento e nas Grandes Opções do Plano; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 38 de 51

c) -- Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos. -----

Votaram contra os senhores deputados do PSD, Alfredo de Matos, Carlos Santos, Hugo Vicente, Elodie Zeferino, Nuno Santos, Frederico Alfaro e Vitor Correia; o senhor deputado do Chega, Eduardo Veiga; o senhor deputado do CDS, Francisco Coutinho e o senhor deputado da Iniciativa Liberal, Ricardo Vala. -----

iii) Por maioria, com 13 (treze) votos a favor, 1(um) voto contra e 9 (nove) abstenções aprovar o Mapa de Pessoal para 2024, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

Votou contra o senhor deputado municipal do CDS, Francisco Coutinho. -----
Abstiveram-se os senhores deputados do PSD, Alfredo de Matos, Carlos Santos, Hugo Vicente, Elodie Zeferino, Nuno Santos, Frederico Alfaro e Vitor Correia; o senhor deputado do Chega, Eduardo Veiga, e o senhor deputado da Iniciativa Liberal, Ricardo Vala. -----

iv) Por maioria, com 13 (treze) votos a favor e 10 (dez) abstenções, autorizar a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

Abstiveram-se os senhores deputados do PSD, Alfredo de Matos, Carlos Santos, Hugo Vicente, Elodie Zeferino, Nuno Santos, Frederico Alfaro e Vitor Correia; senhor deputado do Chega, Eduardo Veiga; o senhor deputado da Iniciativa Liberal, Ricardo Vala e o senhor deputado do CDS, Francisco Coutinho.

Esteve ausente das votações do presente ponto, o senhor deputado municipal, Marco Vieira. -----
A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

** -----

Ponto 5 -----

Apreciar e deliberar sobre a atualização das deduções para os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, em cumprimento do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, em conjugação com o estatuído na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º em articulação com o estatuído na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e retificar, ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 28/09/2023 (Ponto 3 da Ordem de Trabalhos). -----
MGD n.º 1872, de 30/11/2023 -----

** -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 39 de 51

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor **Presidente da Câmara** quanto à necessidade de atualização das deduções para os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, em cumprimento do no artigo 112.º-A do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, e da consequente necessidade de retificação da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 28/09/2023, nos termos do Artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de janeiro, cujos fundamentos se encontram vertidos na deliberação n.º 2023/0528/G.A.V, de 04/12/2023, foi o ponto posto a discussão. -----

----- ** -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a atualização das deduções para os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, em cumprimento do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, em conjugação com o estatuído na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º em articulação com o estatuído na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e a consequente retificação da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 28/09/2023, ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, tendo por base os fundamentos constantes da Deliberação n.º 2023/0528/G.A.V, de 04/12/2023, nos seguintes termos: -----

Onde se lê: -----

"(...) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 112º - A do CIMI, aprovar a dedução fixa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal, nos seguintes termos: -----

- i) Famílias com um dependente a cargo, dedução fixa de 20 €; -----*
- ii) Famílias com dois dependentes a cargo, dedução fixa de 40 €; -----*
- iii) Famílias com três ou mais dependentes a cargo, dedução fixa de 70 €." -----*

Deve ler-se:-----

"(...) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 112º - A do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, aprovar a dedução fixa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal, nos seguintes termos:-----

- i) Famílias com um dependente a cargo, dedução fixa de 30 €; -----*
- ii) Famílias com dois dependentes a cargo, dedução fixa de 70 €; -----*
- iii) Famílias com três ou mais dependentes a cargo, dedução fixa de 140 €. -----*

(...)» -----

Esteve ausente da votação do presente ponto, o senhor deputado municipal, Marco Vieira. ----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 40 de 51

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4, do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

**

----- Ponto 6 -----

Apreciar e deliberar sobre a contratação de empréstimo bancário a médio/longo prazo para financiamento dos investimentos - “Rede Viária no Concelho da Batalha e Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)”, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído no n.º 5, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (ambos os diplomas legais na sua redação atual). -- MGD n.º 1875, de 30/11/2023 -----

Para apreciação do presente ponto por parte da Assembleia Municipal, foi presente a deliberação n.º 2023/0534/G.A.V., tomada em reunião do executivo municipal de 7 de dezembro de 2023, de onde resulta a necessidade de o Município contrair um empréstimo bancário a Médio/Longo prazo, para financiamento das seguintes operações, tendo por base os fundamentos de facto e de direito explanados da predita deliberação, que aqui se reproduzem: -----

“Existe a necessidade de assegurar a adequada cobertura financeira das seguintes operações: -----

*- **Reabilitação da Rede Viária no Concelho da Batalha**, designadamente, a Requalificação EM 1252 e da Estrada do Ribeiro Agudo; Reabilitação dos Caminhos Municipais, CM 1266 entre Vale de Ourém e Casal Meio (limite Concelho) e Casal dos Lobos (limite CM 1250-1) – Fase I (Troço Vale de Ourém/Perulheira); Pavimentação Rede Viária (Conduta Adutora Gravítica ETA Pinheiros / R1 (Fonte Vales) e Conduta Elevatória R1/R125; Variante da Torre à Estrada da Perulheira e Estrada de Torrinhos a Fontes (Torrinhas) e Rua do Alecrim (Torre), de modo que seja restituída a sua qualidade e, consequentemente, os níveis de segurança e conforto para os utilizadores da rede rodoviária;-----*

*- **Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)**, que irá contribuir para o aumento dos espaços para a fixação e atração de empresas, promovendo o desenvolvimento económico do concelho da Batalha. -----*

2. O investimento global dos projetos estima-se no valor máximo de 6.823.497€, de acordo com estimativas orçamentais, podendo sofrer alterações face aos procedimentos concursais e concluídos os projetos de execução. Neste contexto, a previsão de investimento está evidenciada no quadro seguinte: -----

----- Plano de Investimentos -----

Designação Projeto	Valor
Reabilitação da Rede Viária no Concelho da Batalha	2 782 897,00
Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)	4 040 600,00
Total Investimentos	6 823 497,00

3. Para o investimento previsto, torna-se necessário garantir um adequado regime de financiamento dos projetos, afetando os recursos próprios orçamentais dentro de uma programação equilibrada e sustentada, e as necessárias fontes de financiamento externas através de capitais alheios (sob a forma de empréstimo a m/l prazo), de modo a assegurar as regras de equilíbrio orçamental e a sustentabilidade da operação a médio e longo prazo, dentro dos limites legais de endividamento estabelecidos; -----

4. A adequada cobertura financeira do projeto pode ser garantida através da contratualização de empréstimo a médio e longo prazo até ao montante de 4.550.000€, nos termos do quadro seguinte: --

----- Plano de Financiamento -----

Designação Projeto	Investimento	FC: C 2030 ITI e Eficiência Energética	Empréstimo Bancário	Fundos Próprios Orçamento CMB
Reabilitação da Rede Viária no Concelho da Batalha	2 782 897,00	0,00	2 150 000,00	632 897,00
Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)	4 040 600,00	1 640 600,00	2 400 000,00	0,00
Total	6 823 497,00	1 640 600,00	4 550 000,00	632 897,00

5. Para o financiamento proposto de 4,55 milhões de euros, a contratualizar por período de vida útil de 15 anos, a uma taxa de juro indicativa de 3,75% e período de carência de 2 ano, os encargos anuais com o serviço da dívida situar-se-ão nos 397.984€, (Amortização de capital + Juro), valor que não compromete a capacidade de endividamento existente, existindo a garantia de cobertura deste encargo anual por receitas próprias orçamentais e transferências do Orçamento de Estado;-----

6. A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, prevê no seu CAP. V, designadamente nos artigos 49.º a 51.º, que os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições financeiras autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira; -----

7. Nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 51º da citada Lei, os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respetivo contrato, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal; -----

8. Nos termos do nº 2 do citado artigo, caso os valores dos investimentos referidos no ponto anterior ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 42 de 51

independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e autorização prévia da assembleia municipal;-----

9. Em conformidade n.º 7 do artigo 51º, os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, com o limite máximo de 20 anos, propondo-se prazo mais reduzido de 15 anos;

10. Dispõe o n.º 5 do artigo 49º que o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos de médio e longo prazo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal; -----

11. Ainda, conforme o n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções; -----

12. Para efeitos de contratação de novo empréstimo, curto ou médio e longo prazo, deverá o município ter em consideração o limite da dívida total, deixando de existir o conceito de limite de endividamento de curto prazo e médio e longo prazo;-----

13. No que concerne ao limite da dívida total, preconiza o artigo 52.º do mesmo diploma, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no seu artigo 54.º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; -----

14. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos (curto e médio e longo prazos), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;-----

15. No corrente ano e à data de 30 de setembro de 2023, a dívida total de operações orçamentais é de 2.627.934,82€ significativamente abaixo do limite legal que se situa em 17.899.455,79€. Este endividamento representa 14,68% do referido limite legal; -----

16. Estão asseguradas as regras de equilíbrio orçamental a 30/09/2023, no montante de 1.287.271,85€; -----

17. Nos termos da LCPA, não existem dívidas em atraso (que excedam os 90 dias), sendo o prazo médio de pagamentos em 30/09/2023 de 36 dias; -----

18. A atual dívida de empréstimos bancários de m/l prazo é de 1,72 milhões de euros, representando um serviço da dívida anual na ordem dos 250 mil euros; -----

19. Por interpretação das alíneas e) e f) do n.º 4 do artigo 5.º sob a epígrafe “Contratação Excluída” do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos - CCP) o procedimento de aquisição de serviços financeiros de empréstimos, é considerado como

[Handwritten signature]

serviço auxiliar na Diretiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, e como tal, constitui-se como contratação excluída. -----

20. Estão salvaguardadas todas as regras previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, nomeadamente, as regras de equilíbrio orçamental, os limites de endividamento e a sustentabilidade das respetivas finanças locais, conforme se demonstra nos respetivos anexos à presente proposta".-----

** -----

Para prestar os devidos esclarecimentos relativamente ao presente ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, neste âmbito, passou a referir: «*Propõe-se que a Assembleia autorize que o Município a contrair um empréstimo no valor de €4.550.000 para investimentos na Rede Viária no Concelho da Batalha e para a Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha. Para a Rede viária valor é de €2.782 897, sendo que desse valor €2.150 000 serão financiados por empréstimo e €632 897 por fundos próprios da autarquia. Quanto à Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha o valor total do investimento será de €4.040 600, sendo que se espera ter um apoio de diversos programas (ITI e Eficiência Energética), no valor de €1.640 600, sendo que o restante montante, no valor de €2.400 000, será financiado por meio de empréstimo. No total teremos €4.550 000 de empréstimo. --- Descreve-se depois onde vamos intervir, nomeadamente, num conjunto de arruamentos pelo concelho. No caso concreto da Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha, este valor engloba a aquisição de terrenos e infraestruturas. Lembro a história deste Parque Industrial que teve um projeto de ampliação de €8.000 000 e que depois se considerou excessivo. Existia um teto máximo de €2.500 000 para o gabinete que estava a elaborar os projetos configurar as coisas. Esse projeto acabou em tribunal, tendo-se feito, há pouco tempo, um acordo com eles no sentido de acabarem o trabalho que tinham, o qual poderá ser aproveitado para o desenvolvimento deste projeto.*» -----

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor Presidente da Câmara quanto aos fundamentos subjacentes à necessidade de Contratação de Empréstimo Bancário a Médio/Longo prazo para efeitos, foi o ponto posto à discussão. -----

Neste âmbito, interveio o senhor deputado do PSD, **Alfredo de Matos**, referindo: «*Lamento que tenha de tomar esta atitude relativamente a este empréstimo, principalmente, porque fui sempre dos que defendia que o Executivo deveria contrair um bom empréstimo para fazer uma transformação no âmbito das áreas industriais por ser uma necessidade do nosso concelho. Contudo, face ao empréstimo aqui proposto, terei de votar contra. Isto não é um empréstimo para que se faça uma Área Industrial. Isto é o que chamei antes de orçamento eleitoralista, estando feito para ser gasto durante dois anos, com dois anos de carência. Ou seja, este Executivo vai ter dinheiro para gastar até ao final do mandato, não tendo de pagar nada além dos juros do dinheiro que seja utilizado. A título de empréstimo não terá de pagar nada porque o mesmo só começará a ser pago em 2026. Está feito de uma forma que considero errada para a gestão de zonas industriais. Nesse sentido o Regulamento*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 44 de 51

o que deveria dizer é que esse empréstimo deveria ser amortizado à medida que se fossem vendendo os lotes e não como está desenhado com prestações constantes ao longo dos 13 anos de pagamento. Se ao fim do terceiro ano se vendessem os lotes todos, o dinheiro ficava ali, podendo ser mal aplicado e ficávamos com uma dívida sem necessidade. A intenção era fazer um empréstimo para aquisição de terrenos e construção de infraestruturas que conduzisse à venda dos lotes para pagamento do empréstimo. Se sobrasse dinheiro era para a autarquia, se faltasse a autarquia assumia. Como está desenhado, isto não é um empréstimo para fazer uma zona industrial. ----- Isto é um reforço de tesouraria que serve para fazer as estradas, pintar igrejas, pintar os centros históricos das aldeias e pouco mais. Para além de que isto em relação às zonas industriais só criaria um problema e não uma solução na medida em que com o dinheiro que está destinado à aquisição de terrenos e infraestruturas não se consegue terminar nada. Ficávamos com uma zona industrial começada que só constituiria despesa, sem oferecer receita nenhuma. O dinheiro alocado à AL não nos permitiria concluir rigorosamente nada. Desta forma, penso que no dia em que a Câmara tiver a coragem de fazer um empréstimo para fazer uma zona industrial, que comporte um orçamento bem feito e com um projeto que permita calcular quanto vão custar as infraestruturas, nós estaremos aqui para apoiar. Agora, do modo como está delineado este empréstimo, não podem contar com o nosso apoio.» -----

De seguida, usou da palavra o senhor deputado da Iniciativa Liberal, **Ricardo Vala**, referindo: «O atual Executivo reuniu-se com todos os quadrantes políticos numa tentativa de obtenção de um compromisso alargado para apresentação de uma estratégia para o concelho, em particular, para o alargamento da Zona Industrial da Jardoeira. Parece-nos razoável esta tentativa de consenso, sendo algo que já deveria ter existido quer no nosso concelho quer no nosso país. Traçar um objetivo estratégico vai para além de quatro anos de mandato. Parece-nos importante, e certamente teríamos outros resultados, se os dinheiros públicos fossem gastos em função das prioridades do país e não só em função dos tempos eleitorais. Deste ponto de vista, estamos de acordo com o Executivo relativamente ao projeto anunciado por considerar que é um bom uso do dinheiro público e dos fundos comunitários. Porém, ficamos com alguma tristeza por achar que estamos a entrar tarde neste comboio. Numa fase em que se espera uma recessão económica, em que temos zonas industriais nos concelhos em redor já feitas e outras já em finalização, e com o fim dos financiamentos do PT2030 e do PRR em breve, poderemos assistir a uma redução da procura por espaços em zona industrial. Bem sei que o atraso desta decisão nada tem que ver com o atual Executivo, contudo, irei deixar aqui algumas ideias que podem ajudar estimular o interesse. Do nosso ponto de vista, seria interessante proporcionar alguns serviços comuns, a algumas empresas que se instalassem na nossa zona industrial, promovendo a redução de custos, maior eficiência e partilha de interesses e conhecimento, bem como o estímulo à criação de contactos entre empresas e pessoas e, ainda, uma partilha de infraestruturas como estacionamento, espaços públicos, jardins, serviços de vigilância, serviços de limpeza, depósitos de resíduos, reciclagem, apoios sociais, creche, ginásio, piscina, equipamentos desportivos, e demais estruturas relacionadas com o bem-estar dessas



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 45 de 51

empresas da zona industrial. Ficam aqui estas ideias, tendo por referência algumas zonas industriais bem-sucedidas no nosso país com esta vertente de partilha de serviços. -----

Por último, recorde os €344.000 alocados à Habitação porque um alargamento da Zona Industrial conduzirá ao aumento de funcionários que serão necessários para a laboração nessas empresas e, desejavelmente, um aumento do número de habitantes no concelho, colocando-se a questão de saber onde irão ficar a morar esses funcionários. Onde se encontra refletida essa preocupação no Orçamento por parte do Executivo?»-----

No seguimento das intervenções dos senhores deputados municipais, retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer: «O senhor deputado Alfredo de Matos afirma que o dinheiro a contrair de empréstimo, com vista à aquisição de terrenos e construção de infraestruturas, pode demorar dois anos. Mesmo que dure dois anos, as vendas serão sempre para além desse período, e por isso, para além do mandato atual. Se as vendas são do mandato atual, será no mandato seguinte que se receberá o dinheiro para amortizar este valor que é contraído para a Zona Industrial. Os €2.400 000 que estão a ser pedidos haverão de ser ressarcidos com as vendas, que só irão ocorrer daqui a dois anos. Qualquer montante que advenha das vendas deverá ser alocado ao pagamento deste empréstimo. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado Ricardo Vala, importa apenas referir que sempre estivemos disponíveis para fazer consensos. Nós acolhemos algumas ideias e refletimo-las no Orçamento.»-----

De seguida, interveio o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, para clarificar que: «Em primeiro, cumpre esclarecer que o empréstimo não é de €4.000 000 para Rede Viária, mas sim de €2.400 000 para a Área de Localização Empresarial e €2.150 000 para a Rede Viária. A lógica do raciocínio foi que a Rede Viária é das únicas rubricas que nos últimos quadros comunitários e para o futuro não são integrados em fundos comunitários. Significa isto que se trata de um investimento estruturante que o Município tem de acolher apenas pelo seu Orçamento ou, então, recorre financiamento bancário para conseguir fazer reestruturação integral das redes viárias estruturantes. Se fizerem uma sondagem à população, irão perceber que a primeira coisa para a qual olham é para a sua rede viária. Essa é uma realidade e, em boa verdade, o que procurámos fazer foi avaliar as condições da Rede Viária estruturante, para a qual não temos apoio comunitário e que não conseguiremos num Orçamento acolher porque não temos a cobertura financeira para a assegurar se não estiver alicerçada numa fonte de financiamento externa. Não conseguimos cabimentar nem comprometer essa verba, o que significaria que nunca mais as faríamos. Se for alicerçada numa autorização prévia da Assembleia Municipal, para que esses financiamentos se destinem a essa rede viária, nós conseguiremos executá-la. Não tem nada a ver com eleitoralismos. -----

Quem vier a seguir espero que tenha essa capacidade de prosseguir com esta política de reabilitação da Rede Viária ao longo dos anos. Nós temos destinada a reposição anual, com as Juntas de Freguesia, de €300.000 no nosso Orçamento. Esta mantém-se lá. Estamos aqui a falar de um plano de investimentos para a rede municipal e destinamos anualmente €300.000 aos arruamentos a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 46 de 51

concretizar em cooperação com as Juntas de Freguesia. Neste âmbito, procurámos avaliar, dentro dessas redes estruturantes, aquelas que têm maior representatividade em cada freguesia e avaliar que tipo de investimentos é que podíamos fazer. Como se tratam de investimentos muito representativos, propôs-se essa rubrica de €2.150 000. É das únicas rubricas do Orçamento que não tem financiamento comunitário. No demais, o Parque Industrial da Jardoeira tem uma fonte de financiamento assegurada pelo Fundo Comunitário. No âmbito da Iniciativa Territorial de Investimento e a nível da região estamos a tentar negociar um pacote integrado para esse Parque Industrial. As obras não nascem e morrem no ano económico. Estes projetos têm de ser projetados para o futuro e temos de projetar as fontes de financiamento para o futuro, na mesma medida da sua execução. A primeira proposta que fizemos no âmbito da ITI foi de cerca de €1.600 000 de apoio comunitário, mas o dinheiro a nível regional não dá para todas as intenções dos municípios. Estão previstos, inicialmente, €400.000 na ITI, situação que não é estanque, sendo negociável, evolutiva e de recondução de valores de uns para outros programas. Significa isto que, em dois ou três anos de execução do Parque Industrial, a verba do empréstimo com a potencialidade de captação do recurso a financiamento externo do empréstimo bancário e a capacidade intrínseca do Orçamento, deverão assegurar a cobertura dos €4.000 000. Este valor resultou das tentativas que fizemos de mandatos anteriores, no sentido de avançar com projetos. A Expansão Sul do Parque Industrial da Jardoeira já teve mais do que um valor, sendo que o projeto teve de ser desalavancado para ver se conseguíamos executá-lo. Na altura, tínhamos apenas €1.500 000 do Fundo Comunitário e estávamos a pensar projetar empréstimo para ele. -----

Nos documentos remetidos, mencionei num ponto “projeto gerador de receita”, projeto de três anos em que o reembolso pode ser antecipado. Significa isto que a lei nos dá a possibilidade de projetar empréstimos a quinze anos. Se projetarmos a quatro ou cinco anos corre um risco muito complexo pois que se após o período de carência do empréstimo não tiver o reembolso do dinheiro da alienação dos lotes, não terá capacidade para pagar a amortização em tão curto período de tempo. -----

O Caderno de Encargos está desenhado no sentido de nós podermos antecipar a liquidação do empréstimo. Ou seja, é um objetivo que, com a alienação dos lotes e após o período de carência do empréstimo possamos amortizar antecipadamente esse investimento de €2.400 000. -----

Estes empréstimos foram desenhados no sentido de acautelar as gerações vindouras, comprometendo apenas 30% da capacidade de endividamento disponível. Não estamos a ter uma política exagerada de endividamento para o futuro que comprometa os vindouros. -----

Quero, ainda, esclarecer que os orçamentos municipais se adaptam aos ciclos dos quadros comunitários de apoio. O Orçamento da Câmara é utópico se não se adaptar à captação desses recursos e novos ciclos dos quadros comunitários de apoio (PT2030) e também executar aquilo que já foi aprovado. O que disse a nível de PRR já foi aprovado. Com exceção de dois projetos que são executados no âmbito do Agrupamento de Escolas, estamos a falar de cerca de €8.000 000 de projetos que têm de ser executados e que, obviamente, são impactantes no Orçamento da Câmara para 2024 e 2025. Isto não tem a ver com qualquer ciclo político, mas sim com o ciclo dos apoios e

fundos que são impactantes no nosso orçamento e que se têm de traduzir intrinsecamente nesse Orçamento. -----

Por fim, no que se reporta à Estratégia Local da Habitação, importa referir que esta já foi aprovada e foi do conhecimento da nossa Assembleia. A Estratégia Local da Habitação foi comunicada a esta Assembleia e tinha as carências habitacionais definidas e feito o levantamento pelas Juntas de Freguesia. Eram cerca de 36 famílias em situação de carência. Assim, o que pretendo esclarecer é que os cerca de €300.000 traduzem o valor da execução direta já aprovado para o Município da Batalha com fundos comunitários PRR mais o Programa 1.º Direito (que consta da nossa ELH) e que é executado diretamente pelos beneficiários em interligação com a nossa ELH. -----

Porque é que na Habitação com rendas acessíveis não está implicitamente desenhado no financiamento do nosso Orçamento? Porque sendo protocolada com o IHRU é essa a entidade que vai realizar diretamente investimento pelo que não vem ao nosso Orçamento. É esta a regra que está a ser executada em municípios ao nosso redor, entre os quais, Ourém.» -----

*No seguimento dos esclarecimentos prestados pelo senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, tomou da palavra o senhor deputado do PSD, **Alfredo de Matos**, referindo que: «Sei que é normal que se façam empréstimos para infraestruturas, o que eu não concordo é que se misturem as duas coisas. Eu não disse que o empréstimo para a Zona Industrial não deveria ser a 15 anos, contudo, são dois empréstimos totalmente diferentes. O empréstimo que é feito para a Zonas Industriais deve prever o pagamento antecipado da dívida, mas isso só é possível se ele tiver no regulamento, não bastando a intenção de se fazer. Tem de constar do regulamento para comprometer a entidade devedora e obrigar a entidade bancária a aceitar.» -----*

*No seguimento, usou da palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, questionando: «Eu concordo com a perspetiva do senhor deputado Alfredo de Matos. O senhor deputado sugere a separação dos procedimentos, com dois cadernos de encargos, duas consultas distintas e não por lotes? É isso?» -----*

*Em resposta, tomou a palavra o senhor deputado do PSD, **Alfredo de Matos**, referindo que: «A AL tem de ter um empréstimo independente e com um regulamento diferente do que se encontra definido para as outras infraestruturas. Um regulamento adaptado às condições e que deve obrigar tanto o Município a pagar a parte proporcional da dívida quando vende os lotes, assim como a entidade bancária a receber esses montantes.» -----*

*De seguida, usou da palavra o senhor deputado do PSD, **Frederico Alfaro**, referindo: «Julgo de numa ótica financeira e bancária faz todo o sentido separarmos as águas. Primeiro, temos um empréstimo com destino à Zona Industrial que faz todo o sentido que exista um período de carência porque depois existe um retorno com a venda dos lotes. Dado que o período de carência é superior à atividade do atual Executivo deveria estar regulamentado que à medida que se vão vendendo os lotes que esse mesmo valor é amortizado no empréstimo. Não consigo é perceber que exista para a Rede Viária um período de carência. Se o empréstimo é o mesmo e se são obras completamente distintas, então, se*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 48 de 51

acabarmos a Rede Viária em um ano ou um ano e meio, só se amortizará passados 24 meses? Não faz sentido.» -----

Na sequência das intervenções dos senhores deputados, interveio o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo: «*Percebo o alcance da intervenção do senhor deputado Alfredo de Matos, e concordo que, se for possível e a Assembleia o autorizar, seja feita a correção desta proposta, subdividindo em dois. Se fizermos dois contratos de financiamento diferentes, e estabelecermos aqui essa condição, ficamos com o problema resolvido.*» -----

De seguida, usou da palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, esclarecendo: «*Nesta Assembleia só iremos autorizar a abertura de procedimento que é uma coisa completamente diferente. Ou seja, temos mais uma fase e isto terá de vir novamente à Assembleia Municipal para a contratação dos empréstimos. Ora, se estamos na fase da abertura de procedimento podemos alterar, consultando o mercado com dois cadernos de encargos. Isto não derroga o pedido de autorização. O que a Assembleia está aqui a definir é se autoriza, de acordo com o “plafonamento” de valor, ir ao mercado em determinadas condições. Após a autorização, vai ser aberto um concurso público e vamos consultar as entidades bancárias, sendo que só numa próxima Assembleia é que temos de vir aqui novamente com as minutas dos contratos para a Assembleia aprovar e para irem para Tribunal de Contas.*» -----

Sobre este assunto, interveio, ainda, o senhor deputado do CDS, **Francisco Coutinho**, referindo que: «*O que se trata aqui é de um ato meramente administrativo e, sendo assim, porque é que a Câmara não avança com a formalização do empréstimo e depois vir tudo à Assembleia Municipal? Retirava-se este ponto da ordem de trabalhos e pronto.*» -----

Findo o período de esclarecimentos, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 7 (sete) votos contra dos senhores deputados do PSD e do CDS, autorizar a contratação de empréstimo bancário a médio/longo prazo para financiamento dos investimentos - “Rede Viária no Concelho da Batalha e Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)”, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído no n.º 5, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (ambos os diplomas legais na sua redação atual). -----

Foi apresentada declaração de voto, pelos senhores deputados do PSD, que fica anexa à presente ata e qual se dá por integralmente reproduzida. -----

Estiveram ausentes da votação, os senhores deputados Marco Vieira e Victor Correia. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

[Handwritten signature]

**

O senhor deputado Victor Correia ausentou-se da presente sessão da Assembleia Municipal antes da votação do ponto 6, não tendo participado na discussão e votação dos restantes pontos da ordem de trabalhos.

**

Ponto 7

Tomar conhecimento sobre os Instrumentos Previsionais da Empresa Municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A., para o ano de 2024, nos termos do preceituado nos artigos 42.º e 43.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em conjugação com o estatuído na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (ambos os diplomas na sua redação atual). -----
MGD n.º 12492, de 04/12/2023-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que: «Os instrumentos provisionais tiveram por base o EVEF, sendo que não foi pelo modelo comparativo porque isso pressupõe que tivéssemos um exercício anterior completo para se fazer a comparação. Tendo em conta que a empresa iniciou agora a sua atividade, fomos ao EVEF». -----

**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos Previsionais da Empresa Municipal ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A., para o ano de 2024, nos termos do preceituado nos artigos 42.º e 43.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em conjugação com o estatuído na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (ambos os diplomas na sua redação atual), e de acordo com o disposto na deliberação n.º 2023/0532/G.A.P, tomada em reunião do executivo municipal de 04/12/2023. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

Ponto 8

Apreciar e deliberar sobre a aprovação da proposta de “Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU)”, para posterior submissão a discussão pública, nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, e artigo 7.º, n.º 7 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em articulação com o preceituado na alínea h), n.º 1, do artigo 25.º e alínea a), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
MGD n.º 11384, de 30/10/2023 -----

**

Após prévios esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, e tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2023/0535/G.A.V., aprovada em reunião de Executivo



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 50 de 51

Municipal, de 07/12/2023, foi o Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU), submetido a discussão da Assembleia Municipal, nos termos da legislação suprarreferida.

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de "Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU)", para posterior submissão a discussão pública, nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, e artigo 7.º, n.º 7 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em articulação com o preceituado na alínea h), n.º 1, do artigo 25.º e alínea a), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo este documento ser remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para pronúncia.

Estiveram ausentes da votação do presente ponto, os senhores deputados municipais Vitor Correia e Marco Vieira.

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4, do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

Antes de terminar esta sessão o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação dos Senhores Deputados Municipais a aprovação das deliberações em minuta para que as mesmas possam ter execução imediata, tendo a Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar as mesmas.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu em nome da Mesa a participação de todos, nesta sessão de Assembleia, desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

ENCERRAMENTO

Eram treze horas e quinze minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Stéphanie da Silva, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.

Batalha 19-01-2024

OS MEMBROS DA MESA:

(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 51 de 51

Elsa Maria Martins Libânio

(Elsa Maria Martins Libânio)

1º Secretário

Germano Santos Pragosa

(Germano Santos Pragosa)

2º Secretário

**

Stéphanie da Silva

(Stéphanie da Silva)

Técnica Superior

Declaração de Voto



Ponto 6 – Apreciar e deliberar sobre a contratação de empréstimo bancário a médio/longo prazo para financiamento dos investimentos - “Rede Viária no Concelho da Batalha e Expansão da Área de Localização Empresarial da Batalha (Jardoeira)”, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído no n.º 5, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (ambos os diplomas legais na sua redação atual).

Os eleitos pelo PSD votam contra o ponto 6, apresentado em Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2023, relativo a um empréstimo de 4.550.000€, a 15 anos, com 2 anos de carência, na medida em que não concordam com a contratação de um empréstimo único com dois objetivos diversos, que tem prazos de execução diferentes, para além de capacidade de se autoliquidarem diversa, um trata-se de um investimento sem retorno financeiro (estradas) e outro com retorno (zona industrial da Jardoeira).

Do valor total do empréstimo, a parcela de 2.150.000€ destinar-se-á à execução de 5 estradas no concelho, no prazo de 2 anos.

Nome	Orçamento Municipal	Empréstimo Bancário
CM1252 Rib. Agudo	101.124,00€	404.496,00€
Vale Ourém / Perulheira	249.830,00€	999.322,40€
Aduutora Gravítica	79.360,80€	311.443,20€
Variante da Torre	176.717,60€	325.282,40€
Estrada Torrinhas	25.864,00€	103.456,00€
Total	632.897,00€	2.150.000,00€

A outra parcela do empréstimo no valor de 2.400.000,00€ destinar-se-á à expansão da zona industrial da Jardoeira, projeto estimado em 4.040.600€.

Na execução das estradas entendemos que o orçamento tem de ser mais criativo, por forma a libertar em 2 anos mais do que os 632.897€ previstos, reduzindo assim o valor do empréstimo.

Quanto ao montante que se destina à zona industrial da Jardoeira, entendemos que o valor do empréstimo é insuficiente de forma a conseguir terminar a obra e a poder reaver o valor com a venda dos lotes.

Deve ficar salvaguardado que, caso não se verifique o investimento na zona industrial, essa parcela não poderá ser usada em obras na rede viária.

Entendemos também que a especificidade do objeto subjacente a cada empréstimo justifica a existência de dois cadernos de encargos, enquanto num admitimos que a amortização seja constante, no caso do empréstimo para a zona industrial entendemos que deve existir uma cláusula que obrigue que, há medida que se gera receita com a venda de lotes, o empréstimo seja amortizado.

Assim, sendo os eleitos pelo PSD, à semelhança do que já os vereadores do PSD tinham votado em reunião de Executivo, votam contra o empréstimo de 4.550.000€.

Batalha, 16 de dezembro de 2023

Alfredo Monteiro Matos

Líder Parlamentar do PSD